

Introdução

O presente trabalho propõe dar o seu contributo aos estudos toponímicos de Angola, fazendo uma reflexão sobre a *Quiçama: Um topónimo com várias grafias*. Considerando que a divisão político-administrativa do território da República de Angola mantém uma grafia de nomes de localidades que nem sempre interpreta e reproduz correctamente o verdadeiro significado, bem como os seus aspectos culturais, histórico e etnolinguísticos. Deste modo, pretendemos estudar a origem e o significado etimológico do topónimo em questão e analisar as alterações morfológicas ocorridas na transformação deste topónimo, que é o nosso objecto de estudo.

A escolha do tema resulta não somente da necessidade de realizar o trabalho final do curso, mas sim do interesse que queremos sublinhar em relação ao mesmo, pela sua actualidade dentro das várias temáticas, tanto na comunidade académica como nas diversas esferas sociais e políticas do estado angolano. A toponímia luandense foi grandemente aportuguesada, isto é, adaptada ao quadro fonológico da Língua Portuguesa, tornando-a desconhecida quer na cultura luandense quer na cultura portuguesa, navegando num vazio cultural e/ou histórico.

A intenção é tentar suprimir a falta de bibliografias sobre o estudo toponímico na região. Havendo necessidade de se aprofundar o estudo já iniciado sobre esta matéria por alguns autores, vimos contudo dar a nossa contribuição, através de análises e reflexões das diferentes formas grafadas do topónimo intitulado.

Objectivo

- Objectivo Geral: Analisar as várias grafias do topónimo em estudo

Como objectivos específicos, temos os seguintes:

- Estudar a estrutura morfológica e semântica do topónimo em estudo
- Elaborar fichas lexicológicas
- Propor uma uniformização e normalização gráfica do topónimo em estudo nos conteúdos escolares e nos documentos oficiais utilizados na Administração Pública da região.

Metodologia

O trabalho teve como base metodológica um estudo bibliográfico abrangente não só no campo da Toponímia assim como no campo da Lexicologia e da História.

Contou também com um trabalho de campo baseado no contexto socio-cultural de Luanda. As entrevistas constituem uma fonte importante para o item dedicado a origem e o significado do topónimo em estudo. Pois, são memórias vivas e podem dar subsídios pertinentes sobre o tema em questão.

A metodologia utilizada, como já foi referida, parte da interpretação e dedução de obras científicas, combinando informações de diversos autores com as nossas reflexões. Para tal, utilizamos os métodos indutivo e o hipotético-dedutivo¹. No texto abundam ainda citações, não como mera transcrição, mas sim, como técnica de verificação sobre as afirmações apresentadas e como amostra do volume de consultas. Também aproveitamos as notas de rodapé para reforçar esse ou aquele aspecto, assim como, para indicar uma fonte bibliográfica, onde uma temática vista de forma breve pode ser aprofundada.

Encontramos várias dificuldades na recolha de dados devido à ausência de documentos escritos sobre o tema em questão. Outrossim, dificuldade em trabalhar com fontes orais, nomeadamente, as entrevistas e cruzá-las com as fontes escritas.

O problema tem o seu início logo na forma grafada do topónimo em estudo: <Quiçama>. Este topónimo também apresenta outras formas <Kissama>, <Kisama>, <Kiçama>, <Quissama>, <Quisama>. Essas grafias são apresentadas e utilizadas por diversos autores, africanos e europeus, referindo-se à mesma região. Não há consenso nas fontes consultadas.

Não é nossa intenção fazer um levantamento exaustivo sobre a toponímia² da região em estudo, uma vez que não tivemos acesso a toda a documentação que para tal julgamos necessária, no entanto, ao longo da recolha de dados, ficamos espantados com as diversas grafias que designam a região em estudo.

Ao longo do nosso trabalho utilizamos a grafia <Quiçama> não por razões científicas, mas sim por razões ideológicas e políticas. A nossa escolha baseou-se na utilização do critério da autoridade como abordagem metodológica para a elaboração do nosso trabalho científico. Entretanto, <Quiçama> é a grafia utilizada aquando da

¹ Método indutivo: É um processo racional que parte de formulações específicas para posteriormente se chegar as formulações gerais. Contrário ao método hipotético-dedutivo que é um processo que parte da definição do problema, ao qual se oferece uma espécie de solução provisória, e no fim da pesquisa eliminam-se os prováveis erros através da crítica, produzindo conclusões. MATEUS, Dalila Cabrita, 2004 p. 83

² Toponímia estuda o nome de uma localidade, sua origem e significado. Ver FERNANDES, Xavier, Topónimos e gentílicos, vol. I, Porto, Editora Educação Nacional, 1941, p.10

aprovação da Lei n.º 29/11 de 1 de Setembro de 2011 - Lei da Alteração da Divisão Político-Administrativa das Províncias de Luanda e Bengo pelo Conselho de Ministros,³ outrossim é também por nós adoptada para a elaboração deste trabalho.

Em termos de abordagem teórica, não temos nenhuma pretensão de defender esta ou aquela grafia. Os conteúdos são abordados como instrumentos de análise que se consideram mais apropriados ao tipo de assunto a ser tratado em cada capítulo do nosso trabalho.

Considerando que a natureza da produção científica reside na identificação da problemática e na investigação para as devidas respostas, despertaram a nossa atenção as seguintes questões: Qual será a verdadeira grafia do topónimo em estudo? Qual é a sua origem e significado? Um topónimo com várias grafias. Como resolver este problema? O que já se fez? O que se tem feito para resolver este problema? Quando é que se tornou um problema? Qual é a posição do governo angolano diante deste impasse? Qual é a posição dos académicos angolanos diante desta problemática? Qual tem sido a grafia utilizada nas escolas e nos órgãos de comunicação? Questões como qual é a estrutura morfológica do topónimo em estudo? Qual é a importância da Lexicologia para esse estudo? Qual é o papel da Língua Portuguesa na região? Como explicar o surgimento de tantas grafias para um topónimo só? serão analisadas para ressaltar e evidenciar a importância do estudo deste tema na actualidade.

Baseado nas questões supracitadas e mediante a imaginação antecipada que se destina a ser ulteriormente verificada para a sua confirmação ou negação, consideramos um conjunto de hipóteses.

Hipóteses:

Consideramos que a grafia do topónimo em estudo é de origem portuguesa.

Acreditamos que a uniformização e a normalização são medidas que podem resolver esta situação.

A Língua Portuguesa na região tem o papel de língua oficial e língua de ensino.

Saber como um determinado topónimo é escrito ou pronunciado numa língua deve ser tarefa de grande importância para a Lexicologia.

Deduzimos que a existência de diversas grafias a designar uma mesma região se deve a vários factores, desde a influência linguística estrangeira, à ausência de língua escrita e a falta de estudos na região desde o séc. XVI até a actualidade.

³ Ministério de Administração do Território, Luanda, 2011 [documento interno].

O presente trabalho pela sua natureza assenta sobre muita informação produzida pelas fontes escritas e orais. A pesquisa bibliográfica e as entrevistas permitiram-nos identificar, descrever, analisar e estudar as diversas grafias do topónimo em estudo. Dada a profundidade de investigação do trabalho preferimos seleccionar os entrevistados por serem intervenientes activos na matéria em questão.

Alguns autores serviram de base para esta investigação, nomeadamente: Vilela (1979); Vilela (1994); T. Lino (1979); Seabra (2004); X. Fernandes (1941); Tizio (2009); A. Ferreira (2012); Ntongo (s/d); Quintão (1934) Júnior (1941); Mingas (2000); Coelho (1999); Ntongo e Fernandes (2002); Costa (2013); Dick (1987) e outros, cujos dados se encontram referenciados na bibliografia.

O presente trabalho está dividido em três capítulos: o primeiro capítulo faz-se uma fundamentação teórica da toponímia. Abordamos igualmente a importância da Lexicologia para o estudo da toponímia e analisamos ainda o estudo da onomástica.

No segundo capítulo faz-se uma caracterização sociolinguística da região. Analisamos igualmente os aspectos históricos da região; situação linguística; característica específica do alfabeto Kimbundu e da sua ortografia; a Língua Portuguesa na região; processo do aportuguesamento na região; a estrutura morfológica do topónimo assim como a sua motivação semântica.

O terceiro capítulo centra-se na metodologia de trabalho, apresenta-se a discussão dos dados da região; elaboração de fichas lexicológicas; proposta para uniformização e normalização e termina com análise e reflexão do tema.

O nosso trabalho, em função dos meios disponíveis e pela sua natureza, não virá solucionar os problemas relativos à falta de bibliografia sobre esse assunto. Contudo, traz uma singela contribuição para o estudo dessa temática. Consciente das debilidades que o mesmo contém, apresentámo-lo como fruto de um trabalho inicial ou uma primeira experiência de investigação académica sobre a Toponímia da região. Não é um ponto final ao tema, pelo contrário, apresenta subsídios para estudos posteriores.

CAPÍTULO I

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DA TOPONÍMIA

1.1. Lexicologia: Breves considerações sobre a disciplina

A medida que as comunidades humanas foram desenvolvendo o seu conhecimento, criando técnicas e ciências. Essas comunidades precisaram ampliar mais o seu repertório lexical para designar as criações e os conceitos novos. E em função desse avanço técnico e científico, cada comunidade humana criou o seu próprio sistema linguístico para designar conceitos novos, utilizando a estrutura lexical herdada pela sua língua e pela sua cultura. Com isso, queremos dizer que a Lexicologia é uma disciplina que esteve sempre presente na vida das comunidades.

Segundo M. Vilela (1994:9), a Lexicologia costuma ser definida como a ciência do léxico duma língua. Isto é, a Lexicologia tem como objecto o relacionamento do léxico com os restantes subsistemas da língua, incidindo sobretudo na análise da estrutura interna do léxico, nas suas relações e inter-relações.

Por léxico duma língua poder-se-á entender o conjunto de unidades linguísticas básicas (morfemas, palavras e locuções) próprias duma língua (...) (Vilela, 1979:9).

Provavelmente existem outras definições para o estudo da Lexicologia e do léxico. Entretanto, no âmbito dos objectivos e na metodologia definida procurou-se não aprofundar as diversas definições dos mesmos, porque levar-nos-ia a uma outra análise. Limitar-nos-emos apenas a fazer uma breve consideração da disciplina.

No estudo desta ciência pode incluir-se a etimologia, a formação de palavras, a criação e importação de palavras, a estatística lexical, relacionando-se com a fonologia, a morfologia, a sintaxe e em especial com a semântica. A Lexicologia é uma ciência interdisciplinar. Entretanto, esta interdisciplinaridade é vista quando o léxico nas suas mais variadas funções abrange-se sobre estas áreas.

Muitas são as reflexões sobre o estudo da “palavra” na Lexicologia. Segundo M. Vilela (1979:15) na análise do léxico e tendo em vista o tratamento das suas relações sistemáticas, deve-se considerar a “palavra” como unidade semântica básica da língua. O léxico está intimamente ligado por um lado com a parte fonética, por outro lado com as regularidades da língua, a gramática, tanto no que concerne a morfologia como a sintaxe (há o condicionamento mútuo lexical e gramatical).

T. Lino (1979:12) diz que o problema da “palavra” é um dos problemas centrais quer da filosofia da linguagem, quer da filosofia do sentido. Assim, o problema da “palavra” em termos morfossemânticos e socioculturais está presente quer na história da Linguística, quer na história dos sistemas de escrita ou na evolução da técnica lexicográfica.

T. Lino (1979:12) afirma ainda que a partir dos trabalhos realizados nos domínios da dialectologia e da linguística histórica ou comparada, desenvolveu-se uma nova ciência, a lexicologia descritiva, preliminar indispensável para uma teoria lexicológica.

Comprendemos que o objecto de estudo da Lexicologia é o léxico. Mas qual é a sua função?

M. Vilela (1994:10) explica que a Lexicologia não tem como função inventariar todo o material armazenado ou incluído no léxico, mas sim fornecer os pressupostos teóricos e traçar as grandes linhas que coordenam o léxico duma língua. A sua função é apresentar as informações acerca das unidades lexicais necessárias à produção do discurso e caracterizar a estrutura interna do léxico, tanto no aspecto conteúdo, como no aspecto forma.

A importância da Lexicologia afirma-se a partir dos vários trabalhos sobre estruturação lexical. Todas as investigações, neste domínio, partem da hipótese de que o léxico de uma língua é organizável a partir de leis estruturais (T. Lino 1979:12).

A Lexicologia não pode ser confundida com a Lexicografia. São duas disciplinas diferentes. A Lexicografia trata da técnica de elaboração dos dicionários e a Lexicologia preocupa-se com o estudo científico do léxico.

É evidente que o lexicógrafo não pode tratar do léxico, fazer listas do mesmo e definir-lhe os termos sem ter, mesmo que de maneira pouco consciente, uma concepção teórica do conjunto lexical sobre o qual trabalha; em compensação, o lexicólogo não pode passar sem os instrumentos de documentação constituídos pelos dicionários (Genouvrier, E.; Peytard, J. 1973:342).

Os contributos da Lexicologia são de grande relevância para a Lexicografia e vice-versa.

O léxico é considerado o elemento linguístico que mais facilmente emerge na consciência dos indivíduos de uma comunidade, dado estar directamente relacionado com o mundo em que vivemos. Tal como explica Biderman em seu artigo:

«O léxico de uma língua natural pode ser identificado com o património vocabular de uma dada comunidade linguística ao longo de sua história, acervo esse que é transmitido por essa comunidade de uma geração à geração seguinte (2001:158)».

Também pode ser considerado como o elemento mais dinâmico da língua. Tal como se refere M. Vilela (1994:14) em sua obra:

«O léxico é o subsistema da língua mais dinâmico, porque é o elemento mais directamente chamado a configurar linguisticamente o que há de novo, e por isso é nele que se reflectem todas as mudanças ou inovações políticas, económicas, sociais, culturais ou científicas (...)».

Costa (2013:32) afirma que quando uma língua não se renova está sujeita/condenada a morte. Para que tal não aconteça, é necessária a sua mudança/inovação ao longo do tempo. As sociedades renovam-se e evoluem e com elas a língua em que cada homem se expressa. Pode afirmar-se que é no contacto com as outras pessoas que o léxico se vai renovando, partindo das necessidades de comunicação.

Devido a essa renovação constante existente no léxico e na sua relação com o estudo da onomástica, em geral, e da toponímia, em particular, vários foram os nomes geográficos próprios alterados. A urgência e as necessidades de comunicação, a exigência em configurar o que de novo surge na comunidade, a globalização e as influências de outros povos são os elementos motivadores na mudança de nomes geográficos. Mas, afinal, qual é a importância da Lexicologia para o estudo da Onomástica, em geral, e da toponímia, em particular?

Saber como um determinado nome geográfico é escrito ou pronunciado numa língua é uma tarefa de grande importância para a Lexicologia. Isto implica dizer que para conhecermos melhor a onomástica ou a toponímia de uma região, o primeiro passo a ser dado consiste no conhecimento de um conjunto considerável de unidades lexicais desta língua, pelo que ninguém se pode declarar conhecedor de uma destas áreas sem o domínio de um conjunto de unidades lexicais da língua em apreço.

1.2. A Onomástica

Academia das Ciências de Lisboa (2001:2668) apresenta várias acepções de onomástica: 1. Ramo da Lexicologia que tem por objecto de estudo os nomes próprios, de pessoas e de lugares. A onomástica divide-se em dois campos: *o da antroponímia e o da toponímia*. 2. Relação dos nomes próprios de uma língua. 3. Explicação dos nomes próprios.

Segundo Houaiss (2003:2678), Onomástica é: 1. Relação, Colecção, lista de nomes próprios. 2. Estudo linguístico dos nomes próprios; onomatologia⁴ (compreende várias subdivisões, como a antroponímia, a astronímia, a mitonímia e a toponímia etc). 2.1. Parte da lexicologia que trata dos nomes próprios. 3. Livro, estudo ou tratado que contém tal relação de nomes ou tal estudo.

Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (2004:1225), em seu dicionário, define Onomástica como o “estudo e investigação da etimologia, transformações, morfologia, etc., dos nomes próprios de pessoas e de lugares” ou ainda como “lista ou catálogo de nomes próprios”.

Para Seabra, M (2004:36), a Onomástica integra-se na Lexicologia, caracterizando-se como uma ciência da linguagem que possui duas áreas de estudo: a Antroponímia e a Toponímia - ambas constituem de elementos linguísticos que conservam antigos estágios denominativos.

A onomástica é uma disciplina aberta. Muitas são as reflexões sobre essa disciplina científica.

Etimologicamente, onomástica é um substantivo feminino derivado do adjetivo grego *onomastikós*, ê, ón > hé ou *onomastiké* “a arte de denominar”. *Onoma* deriva do grego *ónoma*, atos “nome designativo de uma pessoa ou de uma coisa” (Houaiss, 2002:2678). A Antroponímia deriva do grego *ánthropos* (homem) mais *onoma*; constitui-se como o ramo da Onomástica que se ocupa do estudo dos nomes próprios. E a toponímia, vocábulo de origem grega formado pelo radical *tópos* (lugar) mais *onoma* (nome) é a parte da onomástica que estuda os nomes próprios de lugares (Houaiss, 2003:3541).

Existem outros vocábulos de formação semelhante para a explicação do estudo de outras espécies de nomes próprios, geográficos ou não. Para melhor compreensão,

⁴ (Do grego *onomato*, nome, designação + *logo*, estudo, tratado). Ciência que estuda os nomes próprios e a sua classificação. Ver Dicionário da Academia das Ciências de Lisboa, 2001-2668.

tentaremos esclarecer os significados convencionais e etimológicos de alguns nomes de acordo a explicação apresentada por X. Fernandes (1941:13), temos, por exemplo:

- **Antonímia** (emprego ou qualidade «antónimos» ← grego *antil* e *ónyma*, forma eólica por *ónoma*, nome).
- **Astronímia** (idem, de «astrónimos» ← grego *ástron*, astro): são assim genericamente designados os nomes de astros em geral, sejam estrelas, planetas, cometas ou mesmo constelações (Sol, Lua, Sírio, Cassiopeia, etc.).
- **Axionímia** (idem, de «axiónimos» ← *axia*, dignidade): São todas as palavras ou locuções, com que se indicam tratamentos, dignidades com mais ou menos reverência, como Dom, Doutor, São ou Santo, Senhor, Vossa Eminência, Vossa Excelência, Vossa Alteza, Reverendíssimo, Sereníssimo, etc.
- **Biblionímia** (idem, de «biblónimos» ← grego *biblion*, livro): são os nomes de livros de reputação universal, como a Bíblia, Alcorão, Talmude, Lusíadas, Eneida, Ilíada, Divina Comédia, etc.
- **Criptonímia** (idem, de «criptónimos» ← grego *Kryptós*, oculto).
- **Crononímia** (idem, de «cronónimos» ← grego *Khrónos*, tempo): São os nomes de qualquer calendário, de eras históricas, de épocas, etc., como Janeiro, Hégira, Seiscentos (o mesmo que século XVII) e muitos outros.
- **Eponímia** (idem, de «epónimos» ← grego *epónymos*, que dá seu nome a alguma coisa).
- **Etnonímia** (idem, de «etnónimos» ← grego *èthnos*, povos, raça): são os nomes de castas, raças, tribos ou povos e ainda os de comunidades tanto políticas como religiosas, desde que possam ser tomadas em sentido étnico (Brasileiros, Portugueses, Israelitas, etc).

- **Heortonímia** (idem, de «heortónimos» ← grego *heorté*, festa): são todos os nomes com que se designam festas populares e consagradas, como Carnaval, Luperciais, Bacanaís, Olimpíadas, etc.
- **Heteronímia** - não confundir heteronomia, de *héteros*, outro, e *nómos*, lei – (idem, de «heterónimos» ← grego *héteros*, outro).
- **Hieronímia** (idem, de «hierónimos» ← grego *hierós*, sagrado): são os nomes considerados sagrados em qualquer das religiões cristã, hebraica e maometana (Conceição, Jesus-Cristo, Alá, Jeová, etc).
- **Homonímia** (idem, de «homónimos» ← latim *homonymu* ← grego *homónymos*, que tem o mesmo nome).
- **Metonímia** (idem, de «metónimos»←latim *metonymia* ← grego *metonymia*, mudança de nome).
- **Mitonímia** (idem, de «mitónimos» ← grego *mythos*, fábula, mito): São os nomes de seres fabulosos ou mitológicos, sejam designativos de entidades, de lugares ou de animais, como Marte, Cérberos, Hades, etc).
- **Panteonímia** (idem, de «panteónimos» - nomes de animais, astros, ventos, etc. ← grego *pant-*, raiz de *pas-pantos*, tudo).
- **Paronímia** (idem, de «parónimos» ← latim *paronyma* ← grego *parónymos*, nomes próximos de outros pelo som).
- **Patronímia** (idem, de «patrónimos», o mesmo que patronímicos ← grego *patronymikós*, do nome de pai).
- **Potamonímia** (idem, de «potamónimos» ← grego *potamós*, rio): São os nomes de quaisquer rios, como Tejo, Zaire, etc).

- **Prosonímia** (idem, de «prosónimos» agnomes, cognomes, sobrenomes, apelidos – com o prefixo pros-, para diante, aqui com o sentido de adjunção): São os cognomes ou apodos em geral (Africano, Conquistador, Lavrador, etc).
- **Pseudonímia** (idem, de «pseudónimos» ← grego pseudónymos, nome falso).
- **Sinonímia** (idem, de «sinónimos» ← latim synonymon ← grego synónymos).
- **Teonímia** (idem, de «teónimos», nomes de seres sobrenaturais ← grego *theós*, Deus): São os nomes de seres propriamente divinos, como Deus, Santíssima – Trindade, etc).

Acredita-se ser vasto o campo de actuação da onomástica, tantas e tão variadas são as origens dos nomes próprios. J. L. Vasconcelos citado por F. Xavier (1941:9), explicou a importância dos nomes próprios da seguinte maneira:

«o estudo dos nomes próprios, cuja significação e origem nos passam, em geral, despercebidas, é dos mais interessantes de uma língua e por eles se inferem muitas manifestações da vida de um povo».

Cabe ao investigador reconstruir o interesse no estudo dessa área e revelar as motivações e as causas que levam a formação destes nomes próprios.

No caso da toponímia, várias são as motivações que levam a formação de aglomerados topónimos ou dum topónimo. Tal como explica Fernandes Xavier (1941:10) em sua obra, existem uma multiplicidade de fontes que podem indicar a proveniência de alguns nomes de lugares, por exemplo: «a - De lendas medievais ou ainda mais antigas; b - De aspectos, configurações, posições ou acidentes geográficos; c - Da natureza ou espécie de terrenos; d - De designações climatéricas; e - De acções ou feitos guerreiros; f - Da história política; g - De antropónimos; h - de hierónimos; i - de nomes de animais, reais ou fabuloso; j - de simples nomes comuns; k - da Botânica; l - da fantasia, sem explicação ou justificação aceitável».

Existem também outras fontes que podem ajudar a conhecer e a compreender melhor a origem e o significado dum topónimo. Podem nascer do aproveitamento ou adaptação de nomes remotos, de localidades de outras culturas. Claro que cada topónimo tem seu étimo, que interessa conhecer por que é desse étimo que muitas vezes se forma o etnónimo ou gentílico (nomes dos naturais de um país ou lugar) correspondente. (Gomes, 2004:263).

Segundo X. Fernandes (1941:11), conhecer um topónimo não é somente saber escrevê-lo e pronunciá-lo (e quantas vezes isto mesmo se faz erradamente!). É preciso descobrir-lhe a origem e o significado etimológico, ler o que a palavra nos revela sob a sua aparência gráfica ou aspecto material, conhecer a sua história em muitos casos. Deste modo adquirimos conhecimentos, que não suspeitávamos poderem chegar ate nós por tal via: factos históricos, acontecimentos mais ou menos importantes, indicações geográficas, etc., etc., isto além do saber que directamente se obtém pelo estudo etimológico.

1.3. O estudo da Toponímia

Fernandes, X (1941:9) definiu toponímia como designação dada a uma das partes – e não a menos importante – da Onomatologia, ciência que se ocupa do estudo dos nomes em geral, empregando-se, todavia, este vocábulo para, mais restritamente, designar o estudo dos nomes próprios. Como se sabe e como se revela na origem helénica da palavra, a Toponímia tem por objecto o estudo dos nomes de lugares, terras ou regiões.

Houaiss (2003:3541) apresenta as seguintes acepções de toponímia: Parte da Onomástica que estuda os nomes próprios de lugares; lista, relação de topónimos; estudo etimológico e/ou histórico sobre os topónimos [compreende diversas subdivisões, como corónimos, limnónimos, eremónimos, potamónimos, talassónimos etc].

A Academia das Ciências de Lisboa (2001:3586) apresenta as seguintes acepções de toponímia: nome para designar uma pessoa ou uma coisa; conjunto de topónimos; estudo linguístico, histórico de nomes próprios de lugares.

Entende-se por Topónimo o nome geográfico próprio de região, cidade, vila, povoação, lugar, rio, logradouro público, etc (Houaiss, 2003:3541).

A Toponímia, na qualidade de ser uma área do saber que estuda os nomes próprios de lugares, sua origem e evolução, desempenha um papel fundamental para conhecer a língua e a cultura de um determinado povo. Seus estudos têm-se desenvolvido de modo intenso, nas últimas décadas, e têm-se apresentado actualmente como um campo rico para pesquisas linguística, geográfica e histórica para recuperação da memória colectiva de uma comunidade.

Segundo Dick (1987), «o aparecimento da Toponímia como um corpo disciplinar sistematizado ocorreu na Europa, mais particularmente na França, por volta de 1878, quando August Longnon introduziu os seus estudos na École Pratique des Hautes Études e no Colégio de França. Sua obra, *Les noms de lieu de la France*, considerada clássica para o conhecimento da nomenclatura dos lugares habitados. Mais tarde, em 1922, com a morte de Longnon, Albert Dauzat retomou os estudos onomásticos, e em 1938, organizou o I Congresso Internacional de Toponímia e Antroponímia que contou com a participação de 21 países, cujas resoluções foram: a – realização Periódicas de Congressos Internacionais de Toponímias e Antroponímias; b – Organização de uma Sociedade Internacional de Toponímia e Antroponímia; c – Criação, nos países que não o possuíssem, de departamentos oficiais para a elaboração de glossários de nomenclatura geográfica; d– sistematização dos processos de pesquisa».

Acredita-se que os trabalhos de Longnon e Dauzat contribuíram para a evolução e desenvolvimento da Toponímia e que são de referência para outros estudiosos desta área do saber.

Segundo Di Tizio (2009:22), na década de 80, estudos toponímicos também eram realizados por outros pesquisadores, em outros países. Em Inglaterra, pode citar-se Zacharison, Allen Mawer e Patrik Weston Joyce, e especialmente a obra *The Origin and History of Irish name of place*, publicada em 1869, em Londres. Na Itália, a toponímia surge com Di alcune forme de nomini della Italia superiore, de Flechi, publicado em Turim, em 1871. Verifica-se, também, na Bélgica, estudiosos da toponímia como Carnoy, Haust, Van de Wijer e August Vincent, autor do trabalho, publicado em Bruxelas, em 1927, *Noms de lieux de la Belgique*.

Em Portugal, destaca-se o trabalho do Filólogo José Leite de Vasconcelos, particularmente o seu livro *Opúsculos – Vol.III: Onomatologia*, publicado em 1931. Nessa obra, o autor concebe a toponímia como "estudo dos nomes de sítios, povoações,

nações, e bem assim de rios, montes, vales, etc – isto é, os nomes geográficos", (cf. Vasconcelos, 1931:3).

Este mesmo autor estuda a Toponímia em "três secções maiores: nomes de lugar, classificados por línguas; modos de formação toponímica; categorias de nomes; segundo as causas que lhes deram origem (flora, fauna, natureza do solo, história, religião, etc.)". Na primeira secção, os topónimos são classificados a partir de sua procedência linguística: " pré-romanos, romanos, germânicos, arábicos, de procedência vária e nomes portugueses propriamente ditos". Na segunda, também denominado "gramática toponímica", classifica os nomes de lugar por: perda fonética, fonética sintática, elipse de um substantivo, presença ou omissão de artigos, junção de de, adjectivos que denotam epítetos, advérbios ou locuções adverbiais, genetivos medievais, emprego de nominativo, nomes no plural, sufixos, compostos e etimologia popular (idem:139-149).

Na última secção, observa-se uma tentativa de apresentar os topónimos por campos semânticos. Os nomes são subdivididos pelo autor em nomes provenientes: "da hidrografia, construções hidráulicas", etc, "da agricultura", "da meteorologia", "da caça, de caminhos", "de campos", "da natureza do solo", "da configuração do terreno", "de rochas", "da fauna", "da flora", "de construção civis e religiosas", "da história", "da indústria", "de instituições sociais", "do lume", "da milícia", "de nomes próprios de pessoas e alcunhas", "da religião e congéneres" e "de cemitérios" (Ibidem: 150).

Segundo Di Tizio (2009: 24), estas pesquisas realizadas no continente europeu começam a conquistar o interesse e a dedicação de pesquisadores em vários países e em várias áreas do conhecimento humano, como a História, a Antropologia, Geografia, a Lexicologia etc. Estes pesquisadores dispuseram-se a seguir os caminhos inicialmente seguidos pelos pioneiros, e assim expandiram e aprofundaram esses conhecimentos de acordo com as características próprias das regiões e dos países estudados.

Diversos países do mundo têm seus centros organizadores de normas para a toponímia. Em França a relação de topónimos recolhidos é enviada para uma comissão que examina cada nome ortográfica e etimologicamente. Somente após estas análises é que esses nomes são liberados à produção cartográfica (Idem:24).

Todavia, acreditamos que o estudo desta disciplina já está implementado em diversas universidades como disciplina especializada.

Nas Américas, destacam-se os Estados Unidos e o Canadá no que se refere aos estudos toponímicos. Nesses países as pesquisas, actualmente, são desenvolvidas por estudiosos da toponomástica⁵ e de outras áreas (historiadores, linguistas e geógrafos) e por órgãos especializados.

Nos Estados Unidos, o Board on Geographic Names (BGN), do governo americano, fundado em 1890, é a comissão encarregada das pesquisas toponímicas. Este conselho tem por finalidade a uniformização da nomenclatura geográfica, e as normas da comissão orientam os nomes não apenas para os mapas, mas para os textos em geral. Os resultados de pesquisas realizadas são divulgados na revista *Names*, publicação oficial da American Names Society, que tem como um dos seus objectivos "o estudo da etimologia, origem, significado e aplicação de todas as categorias de nomes: geográfico, pessoal, científico, comercial e popular". (Di Tizio, op.cit:25).

O Canadá conta, desde 1966, com um grupo de "Estudos de Coronímia e de Terminologia Geográfica", associada ao Departamento de Geografia da Universidade Laval, Quebec". (idem:25)

No Brasil, segundo o mesmo autor, Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, contribuiu bastante com seus estudos para modificar a feição indígena dos estudos toponímicos brasileiros. Em sua tese de doutorado, defendida em 1980, propôs princípios teóricos e modelos taxionómicos que aproximaram a Toponímia de outras ciências linguísticas, como a Lexicologia e a Terminologia.

Assim, no modelo proposto por Dick, o sintagma toponímico é entendido como a junção de um termo ou elemento genérico, relativo ao elemento geográfico, a um termo ou elemento específico, ou o topónimo propriamente dito, no qual podemos identificar a intenção do denominador no acto da nomeação. Quanto à sua estrutura, os topónimos foram classificados segundo a sua formação:

- a) O topónimo ou o elemento específico simples: "aquele que se faz definir por um só formante seja substantivo ou adjectivo, de preferência, podendo, contudo, se apresentar também acompanhado de sufixações (diminutivas, aumentativas ou de outras procedências linguísticas)".
- b) O topónimo composto ou elemento específico composto: "aquele que se apresenta com mais de um formador, de

⁵ Onomástica dos lugares. Ver Houaiss, 2003-3541

origens diversas entre si, do ponto de vista do conteúdo, gerando, por isso, às vezes formações inusitadas que, apenas a história local poderá elucidar, convenientemente”;

- c) O topónimo híbrido ou elemento específico híbrido: "como entendemos é aquele designativo que recebe em sua configuração elementos linguísticos de diferentes procedências: a formação que se generalizou no país é a portuguesa + indígena ou a indígena + portuguesa". (Ibidem:30).

De facto, Dick deu uma grande contribuição ao estudo da Toponímia. Mas não devemos esquecer que os aspectos teóricos e metodológicos propostos pela autora foram criados com o propósito de estudar a realidade toponímica brasileira.

Di Tizio também faz referência, em sua tese, sobre o primeiro modelo de classificação de Dick, de 1975, que contem 19 (dezanove) taxes. Esse modelo foi reformulado posteriormente, pela própria autora e publicado em 1990, contando com 27 (vinte e sete) taxes, das quais 11 (onze) se relacionavam ao ambiente físico e são denominadas "Taxionomias de natureza física", e 16 (dezasseis) estão ligadas as relações que envolvem o homem inserido em um grupo com seus aspectos sociais, culturais, denominadas "Taxionomias de natureza antropocultural":

As Taxionomias de Natureza Física estão assim distribuídas:
Astrotopónimos - topónimos relativos aos corpos celestes;
Cardinotopónimos - relativas as posições geográficas;
Cromotopónimos - fazem referências as cores;
Dimensiotopónimos - fazem referência as características de dimensão do próprio acidente; **Fitotopónimos** - topónimos relativos a nome de vegetais; **Geomorfotopónimos** - que fazem referência as formas topográficas; **Hidrotopónimos** - resultantes de acidentes hidrográficos em geral; **Litotopónimos** - nomes de índole mineral; **Meteorotopónimos** - topónimos relativos a fenómenos meteorológico; **Morfotopónimos** - topónimos que se referem as formas geométricas; **Zootopónimos** - topónimos de índole animal.

As Taxinomias de natureza Antropocultural são classificadas em: **Animotopónimos** ou **Nootopónimos** – são topónimos que se relacionam à vida psíquica e à cultura espiritual; **Antropotopónimos** – topónimos que se referem a nomes próprios individuais; **Axiotopónimos** – topónimos relativos a títulos e a dignidades de que se fazem acompanhar os nomes; **Corotopónimos** – topónimos que recuperam nomes de cidades, países, de regiões e de continentes; **Cronotopónimos** – topónimos que indicam o tempo; **Ecotopónimos** – topónimos relativos às habitações de um modo geral; **Ergotopónimos** – topónimos que se referem a elementos da cultura material; **Etnotopónimos** – topónimos referentes aos elementos étnicos, isolados ou não (povos, tribos, castas); **Dirrematopónimos** – Constituídos por frases ou enunciados linguísticos; **Hierotopónimos** – nomes relativos aos nomes sagrados de diferentes crenças; **Historiotopónimos** – topónimos que se referem a movimentos de cunho histórico-social e a seus membros; **Hodotopónimos** – topónimos relativos as vias de comunicação rural ou urbana; **Numerotopónimos** – topónimos relativos aos adjectivos numerais; **Poliotopónimos** – topónimos constituídos pelos vocábulos vila, aldeia, cidade, povoação, arraial, etc; **Sociotopónimos** – topónimos relativos às actividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontro de uma comunidade (largo, páteo, praça); **Somatotopónimos** – topónimos empregados em relação metafórica à partes do corpo humano ou animal (Dick:1990, 32-34 cit. por Di Tizio: 2009, 32)⁶.

Essa referência feita por Di Tizio, e adaptada à nossa realidade, demonstra que várias são as motivações que estão por detrás da denominação de um topónimo. Entendemos que o modelo taxionómico proposto por Dick é uma ferramenta de trabalho

⁶ Dick citado por Di Tizio (2009:31) para elaborar o seu modelo taxionómico, estudou os nove mecanismos de nomeação proposto por George Stewart, em 1954, e verificou que este modelo de classificação toponímica sugere um retorno à intenção de denominador no acto do baptismo de um elemento geográfico; busca-se, nesse caso, a causa toponímica.

para qualquer investigador que quer aprofundar os seus estudos sobre a toponímia. A autora demonstra, por um lado, coerência nos aspectos das motivações toponímicas, e por outro, um conjunto de termos técnicos que podemos entender como uma terminologia toponímica. Esta classificação possui bases metodológicas para o estudo das motivações toponímicas e reconstituição históricas dos topónimos.

Em Angola, a toponímia surgiu voltada para a reconstituição de etimologias de palavras de línguas africanas, como amparo de estudos linguísticos, históricos e geográficos. Isto deve-se ao perfil dos topónimos angolanos. Dada a falta de normalização e uniformização gráfica e de um processo de desportuguesamento da ortografia toponímica, o que implica, do ponto de vista linguístico, a utilização de grafia adaptada, correspondente à fonologia das línguas em apreço. Esta normalização gráfica dos topónimos visa restituir e inserir os mesmos no seu contexto cultural e/ou histórico ... (Z. Ntondo, s/d:101).

Segundo Isquerdo e Tavares (2006:274), na dimensão linguística, o estudo dos topónimos – nomes de lugares – pode ser realizado sob diferentes perspectivas: análise de estratos linguísticos evidenciados pelos designativos, classificação taxionômica dos nomes e análise de taxes predominantes, discussão da motivação semântica dos nomes, estudo diacrónico referente às mudanças de nomes, análise da estrutura morfológica dos topónimos.

Dentre esses vários aspectos, analisaremos neste trabalho, nos itens 2.5. e 2.6, a questão da estrutura morfológica do topónimo em estudo e a sua motivação semântica e no item 3.2 será analisado a classificação toponímica segundo Dick.

CAPÍTULO II

CARACTERIZAÇÃO SOCIOLINGUÍSTICA DA QUIÇAMA

2.1. Aspectos históricos da região

Os estudos sobre a região da Quiçama⁷, segundo A. Ferreira (2012:91) são assinalados nas fontes escritas desde os finais do século XVI. Contudo, não se sabe ao certo, quando e como foi grafado pela primeira vez o topónimo em estudo.

Cavazzi (1965:22) diz que, no século XVI, uma região denominada “Kissama” já fazia parte dos limites geográficos do Reino do Ndongo⁸.

Culturalmente seguiam uma sucessão matrilinear e eram formados por várias classes sociais. A posição de chefe era geralmente ocupada por um homem idoso, que presidia rituais que favoreciam o bem-estar do grupo. Havia um conselho de ancião que apoiava o chefe nas tomadas de decisões da comunidade (A. Ferreira, 2012:91).

Com a conquista dos africanos pelos europeus. Os portugueses estabeleceram-se e criaram vários postos administrativos pelo território africano, segundo S. Ferraz (2005:34), Muxima foi um dos presídios criado na nova orgânica administrativa no período da Capitania Geral de Angola (1575-1836)⁹.

Esta região passou a ser um posto administrativo importante para os portugueses. Possuía muitas fontes de riquezas. Além disso, a região constituía uma importante zona estratégica para fins militares e trocas comerciais (MONTECÚCCOLO 1965:22).

⁷ Utilizamos esta forma grafada do topónimo por razões de escolha, utilizando o critério da autoridade, com base no Estatuto Legal, da Lei n.º 29/11 de 1 de Setembro - Alteração da Divisão Político-Administrativa das Províncias de Luanda e Bengo. Ministério de Administração do Território, Luanda, 2011 [documento interno].

⁸ Situava-se à beira do oceano Etiópico, isto é, desde o rio Lufune, a 9 graus do equador, até 16 graus do hemisfério austral. A norte era limitado pelo Kongo, a leste pela Matamba, a sul pelos estados Ovimbundu e pela Kissama e a oeste pelo Oceano Atlântico. É provável que os limites ocidentais do Ndongo, no século XVI, se restringissem até à região de Massangano. Cf. MONTECÚCCOLO, Padre João António Cavazzi de, 1965, Descrição Histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola, Vol. I, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar. Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga, p. 22

⁹ Reino de Angola em 1836: Distrito (9) – Icolo e Bengo, Dande, Golungo, Dembos, Luanda, Barra do Bengo, Barra do Dande, Barra do Kalumbu. Presídio (6) – Masanganu, Muxima, Kambambe, Ambaka, Mpungu-ya-Ndongo e Encoge. Cf. Ferraz, 2005:34.

Foi também nesta região, Distrito da Muxima,¹⁰ que se instalou a igreja da Nossa Senhora da Muxima, provavelmente o presidio deu lugar a igreja ou ainda as autoridades cederam um terreno à igreja, se bem que essas hipóteses precisam de ser comprovadas.

Segundo Pe. J. Alvaraes (1965:19) o que vulgarmente se passou a chamar «Palmar da Santa»¹¹ era constituído por diversas doações ou arimos, legados pios que a devoção popular oferecia à Senhora da Muxima. Esta região passou a ser administrada pela igreja através da Junta da Paróquia da Muxima que emitiam desde registos de nascimento, certificado de baptismo¹² ao atestado de óbito.

Continuando o autor supracitado (1965:53) as tarefas administrativas e civis que eram realizadas pela igreja passaram a ser realizada pela nova Comissão administrativa, consequentemente, o Concelho administrativo da Muxima é substituído pela Comissão Administrativa da Quissama em 1915¹³.

É notável, neste período, o papel da igreja católica em questões políticas, sociais e educacionais nesta região, todavia, é por este motivo que facilmente é confundido o Concelho da Junta da Paróquia da Muxima e a Comissão Administrativa da Muxima, julgando-se até mesmo que a Muxima fosse outra região.

Entretanto, acreditamos que a região em estudo já era um território anexo ao Reino do Ndongo, localmente denominado Quiçama e que, posteriormente, com a imposição do regime colonial na época, passou a denominar-se presidio da Muxima e mais tarde Distrito da Muxima, fruto das mudanças políticas e administrativas implementadas pelo regime e pelo que, volta mais tarde, em 1915, a denominar-se Quiçama.

¹⁰Com a Divisão Administrativa de 1912, na Província de Angola, esta região passou de distrito a concelho da Muxima. Contudo, esta região ganhou maior destaque não pelo Concelho mas sim pela igreja. Por esta razão confunde-se bastante o papel de uma com outra. Cf. Ferraz (2005:35).

¹¹ Também era assim conhecida a região em estudo. Essa região era abundante em palmeiras e os habitantes locais comercializavam cachos de dendém. Cf. Alvaraes, 1965:18.

¹²Sobre este assunto veja também GABRIEL, Manuel. Os Jesuítas. Na primeira evangelização de Angola. Biblioteca evangelização e culturas, p. 51, 1993.

¹³ Essa substituição se verifica em função da mudança do quadro político-administrativo na Província de Angola (1869-1926) - Revisão da Divisão Administrativa de 1912. (idem:36)

2.2. Situação Linguística

2.2.1. Kimbundu como língua vernácula da região

Parece-nos importante considerar o problema da língua e da sua evolução para compreender a situação linguística da região da Quiçama. A língua vernácula da Quiçama é o Kimbundu¹⁴, mas é o português que mais se tem difundido.

Kimbundu¹⁵ é uma das diversas línguas Bantu¹⁶ falada em Angola. Mais precisamente na capital, Luanda, nas províncias de Cuanza-norte, Malanje, Bengo, nas zonas fronteiriças ao norte da província do Cuanza – Sul, assim como ao sul das províncias do Uíge e Zaire¹⁷. As línguas com que o Kimbundu confina são: o Kikongo ao norte, falado no Uíge e Zaire; as línguas Kioka e Lunda, a leste, falada no Moxico e o Umbundu ao sul, falado no Cuanza-sul¹⁸ e Benguela.

A Quiçama pertence ao grupo étnico Ambundu que é composto por vários povos, mas linguisticamente unidos, entre eles.

Embora haja unidade, toda e qualquer língua conhece o fenómeno de variação devido a factores diversos. É assim que essas línguas apresentam formas linguísticas que se diferenciam do falar nuclear em muitos aspectos (morfológico, fonético, lexicológico, contactos linguísticos, etc). Todavia, acredita-se que este fenómeno não constitui obstáculo à intercompreensão entre os locutores dessas diferentes formas que a língua apresenta (Ntondo e Fernandes, 2002:43).

Está situação de unidade da língua e a variação do discurso não se nota apenas na língua Kimbundu. Infelizmente observa-se em todas as línguas angolanas de origem africana.

¹⁴ Escrevemos Kimbundu com «K» e não com «Qui» devido aos dicionários e as gramáticas consultadas e utilizadas para a elaboração desse trabalho. Ver Bibliografia.

¹⁵ Quintão (1934:2,3) nos ensina que “Das línguas Bantu, foi o Kimbundu, antigamente denominado Ambundu, Bundu ou Bunda (língua Bunda), falada no antigo reino de Angola, aquela que primeiramente foi conhecida”. Mais adiante acrescenta que as “línguas principais com as quais o Kimbundu confina são: o Kixi-Kongo ao Norte, falado no antigo reino, hoje Distrito do Congo, as línguas Kioko e Lunda a Leste e o Umbundu ao Sul, falado no antigo reino, hoje Distrito de Benguela”.

¹⁶ O termo Bantu foi proposto por W. H. Bleek em 1862. Chama-se Bantu ao conjunto dos povos da (África Central, da África Oriental e da África Austral) que, nas suas respectivas línguas denominam o ser humano através do radical “*ntu*” e o prefixo BA constitui um morfema do plural, assim sendo, BA+NTU=BANTU designa AS PESSOAS; é uma flexão do plural, diferente daquela que existe em Português. Cf. Ntondo e Fernandes, 2002:35.

¹⁷ Cf. Mingas, 2000:35

¹⁸ Cuanza-sul é uma zona de transição entre o Kimbundu e o Umbundu

Pelo que parece, mesmo a nível das comunas da Quiçama verifica-se uma variação constante no discurso.

O facto actual é que a região da Quiçama foi incorporada à província de Luanda¹⁹, uma região bastante aportuguesada. Tal contacto obriga forçosamente abandonarem as suas características tradicionais e suas variantes, e incorporando hábitos, atitudes e discursos dos centros urbanos. São as motivações de ordem externa que determinam a evolução da língua até ao estágio observado. A abertura de novos meios rodoviários, a educação em massa e os modernos meios de comunicação colaboram de maneira fundamental na incorporação de novos hábitos.

A língua utilizada na região encontra-se em uma situação de instabilidade, entre o antigo (rural) e o novo (urbano). Uma língua que está em constante dinamismo, em processo criativo que se materializa sob a forma de actos individuais de fala, junta-se o português no Kimbundu e vice-versa. A necessidade de comunicação é maior, não interessa as formas gramaticais, mas a identificação das novas significações que as formas linguísticas adquirem no contexto.

Durante as entrevistas, os informantes só compreendiam aquelas expressões que diziam respeito às suas vidas e à sua história. A todo instante, o discurso estava alimentado por factores históricos e psicológicos da colonização e da guerra civil angolana; das suas tradições e da perda dos valores culturais, que actuavam sobre o discurso local. Daí a oscilação da língua, daí as inúmeras variações.

2.2.1.1. Características do alfabeto *Kimbundu* e da sua ortografia

Segundo as observações fonéticas de J. L. Quintão (1934:11) em sua gramática de Kimbundo, as características específicas do alfabeto Kimbundu são:

→ As vogais são: *a, e, i, o, u*; soam como em português. São longas ou breves. A vogal *e* (breve) na pronúncia rápida, antes de vogal soa como *i*, ex: *pange ami = pangiami, meu irmão.*²⁰

→ O *i* e *u* seguidos duma vogal e formando sílaba com ela, são semivogais e funcionam como consoantes. As excepções são marcadas com acento agudo: *Kizúá, ngejía.*

¹⁹ Outrora fazia parte a província do Bengo.

²⁰ De acordo Ntondo e Fernandes (2004:88), a zona H da qual faz parte o Kimbundu, as vogais longas cuja diferença de duração é suficientemente perceptível ao ouvido, opõem-se às vogais breves.

→ Não há ditongos; au, ai, eu, ou, sendo finais, recebe a 1ª vogal o acento tónico, ex: *dikáu, sál*; sendo seguidos de consoante, recebe a última vogal o acento tónico, ex: *saíku, kubaúka*.

- As consoantes são: *b, d, f, g, h, j, k, l, m, n, p, r, s, t, v, x, z*, e soam como em português, observando as indicações adiante mencionadas sobre algumas destas letras.

- m – coloca –se antes de *b* e *v*, ex: *mbambi= gazela; mvula= chuva; mbinji= peixe; nzambi= Deus*.
- n – coloca-se antes de *d, g, j, z*, ex: *ndandu-jindandu, parente; ngulu-jingulu, porco; njila-jinjila, pássaro; nzala-jinzala, fome*.
- g – é sempre gutural, ainda mesmo que seguido de *e* ou *i*.
- h – é sempre aspirado, nunca mudo, excepto na combinação²¹
- k – substitui todos os sons que em português se representam por *= ca, co, cu, que, qui*.
- r ou ri – (nunca sem *i*) – equivale em Luanda a *ri* brando, com aproximação *a di*; no interior soa como *di*, com aproximação a *ri* brando. O autor substituiu o som representado por *ri*, empregando *di*.
- S – soa sempre com *ç*, mesmo entre vogais e nunca *z*.

Cordeiro da Mata, em seu ensaio de dicionário Kimbúndu-portuguez (1893), afirma peremptoriamente que as vogais e as consoantes em Kimbundu têm o mesmo valor alfabético em português, e ainda afirma que: *x* é sempre =*x* e *ch* em xaque, cheque.

No dicionário de Assis Júnior (s/d) o alfabeto Kimbundu compõe-se de vinte e duas letras, sendo cinco vogais: *a, e, i, o, u* e dezassete consoantes *b, d, f, g, h, j, k, l, m, n, p, r, s, t, v, x, z*, tendo, como em português, o mesmo e um só valor (Cf. Mata, C, 1893: 3; Quintão, J. L., 1934: 11).

Para o efeito, utilizaremos o alfabeto da Língua Kimbundu apresentado pelo Instituto de Línguas Nacionais (ILN)²². Veja:

²¹ com a nasal *n*, que tem o som de *nh* português, de *gn* francês, de *ni* representado por Chatelain e *ny* com que muitos escritores de línguas Bantu representam este som.

²² INSTITUTO DE LÍNGUAS NACIONAIS. Boletim nº1: Alfabeto das línguas Kikongo, Kimbundu, Umbundu, Cokwe, Mbunda, Oxikwanyama. Luanda, Secretária de Estado da Cultura, 1987.

Quadro nº 1: Alfabeto da Língua Kimbundu

Letras	Valor fonético	Soletração	Exemplo	Significado em português
<i>a</i>	[a]	<i>a</i>	<i>T<u>a</u>tu</i>	<i>Três</i>
<i>b</i>	[b]	<i>bâ</i>	<i>Ku<u>b</u>uta</i>	<i>ser baixo</i>
<i>d</i>	[d]	<i>dê</i>	<i>D<u>i</u>bhya</i>	<i>Campo</i>
<i>e</i>	[e]	<i>e</i>	<i>P<u>e</u>tu</i>	<i>Almofada</i>
<i>f</i>	[f]	<i>fê</i>	<i>Ku<u>f</u>unda</i>	<i>Julgar</i>
<i>h</i>	[h]	<i>hê</i>	<i><u>H</u>oje</i>	<i>Leão</i>
<i>i</i>	[i]	<i>i</i>	<i>ki<u>b</u>ha</i>	<i>Pele</i>
<i>j</i>	[j]	<i>Jê</i>	<i>ho<u>j</u>e</i>	<i>Leão</i>
<i>k</i>	[k]	<i>kê</i>	<i>ki<u>b</u>ha</i>	<i>Pele</i>
<i>l</i>	[l]	<i>lê</i>	<i>ya<u>l</u>a</i>	<i>Unhas</i>
<i>m</i>	[m]	<i>mê</i>	<i>ki<u>n</u>ama</i>	<i>Perna</i>
<i>n</i>	[n]	<i>nê</i>	<i>ki<u>n</u>ama</i>	<i>Perna</i>
<i>ng</i>	[ng]	<i>ngê</i>	<i>mu<u>ng</u>u</i>	<i>amanhã</i>
<i>o</i>	[o]	<i>o</i>	<i>po<u>o</u></i>	<i>Cara</i>
<i>p</i>	[p]	<i>pâ</i>	<i>pe<u>t</u>u</i>	<i>Almofada</i>
<i>s</i>	[s]	<i>sê</i>	<i>ku<u>s</u>anga</i>	<i>Encontrar</i>
<i>t</i>	[t]	<i>tâ</i>	<i>T<u>a</u>tu</i>	<i>Três</i>
<i>u</i>	[u]	<i>u</i>	<i>ku<u>v</u>unda</i>	<i>Escurecer</i>
<i>v</i>	[v]	<i>vê</i>	<i>ku<u>y</u>unda</i>	<i>Escurecer</i>
<i>w</i>	[w]	<i>wâ</i>	<i><u>W</u>al<u>w</u>a</i>	<i>Garapa</i>
<i>x</i>	[ʃ]	<i>xâ</i>	<i>ku<u>x</u>ika</i>	<i>Tocar</i>
<i>y</i>	[y]	<i>yâ</i>	<i>ya<u>y</u>a</i>	<i>Unhas</i>
<i>z</i>	[z]	<i>zâ</i>	<i>ku<u>z</u>anga</i>	<i>Estragar</i>

Fonte: Instituto de Línguas Nacionais, Boletim nº 1, 1987

De acordo o ILN as regras de transcrição devem ser:

1. Os fonemas /bh/ e /th/ escrevem-se respectivamente “bh” e “th”.
2. O fonema /ny/ escreve-se “ny”
3. A nasal escreve-se “m” antes de “b” e “v”, e “n” antes das outras consoantes: mbiji – “peixe”; mvula - “chuva”; ndumba – “gémeo”; nzambi – “Deus”.

O problema da grafia do topónimo em estudo começa no alfabeto da sua língua. Existem vários alfabetos para uma só língua e Coelho (1999:60) explica que:

«O alfabeto existe para ajudar e não para complicar no uso interpretativo dos idiomas. Trata-se de um instrumento de trabalho e apenas isso. Não é um monstro sagrado nem divino, é simplesmente um instrumento inventado pelo homem e posto ao serviço do homem, que pode modifica-lo ou fazê-lo evoluir de acordo com as necessidades impostas pelo uso. As letras adaptam-se e os sons que representam são convencionais».

Tal argumento leva-nos a reflectir sobre a complexidade do estudo da língua Kimbundu.

Ntondo (s/d) diz que a língua Kimbundu tem um sistema vocálico comportando cinco vogais. Veja a tabela abaixo²³:

Tabela 1: Sistema Vocálico

Graus de abertura	Ponto de articulação		
	Anteriores	Centrais	Posteriores
1º	I		u
2º	e		o
3º		a	

Fonte: Ntondo (s/d)

Ainda segundo o mesmo autor as consoantes desdobram-se em simples e complexas. O Kimbundu não possui o fonema /g/, mas sim /ng/ e as consoantes podem ser apresentadas da seguinte forma²⁴:

- Oclusivas /p, b, bh, t, th, k/
- Fricativas /f, v, s, z, x, j, h/
- Lateral /l/
- Nasais /m, n, ny/

²³ Mingas apresenta um sistema vocálico diferente. Segundo a autora as vogais orais comportam quatro graus de abertura como as da Língua Portuguesa. A diferença é que a Língua Portuguesa tem duas vogais centrais e não uma bem como a existência de uma oposição entre vogais orais e nasais. Cf. Mingas, 2000: 36-41.

²⁴ Ntondo, 103

- Prenasalizadas /mb, mv, nd, ng, nj/
- Semivogais /w, y/

Para Mingas (2000:36) esta língua não apresenta nenhuma vogal nasal. Interessa, entretanto, sublinhar que as vogais que seguem uma consoante pré-nasal realizam-se nasalizadas, quando pronunciadas por locutores da variante.

Uma das principais características do Kimbundu pode ser observada no quadro de prefixos²⁵. Existem dez prefixos que variam do singular para o plural e que determinam dez classes diferentes. Veja:

Quadro 2: Classes de Prefixos da Língua Kimbundu

L. Kimbundu						
classes	Pref. de cl.		Pref. concord.		Exemplificação	
	SING.	PL	SING.	PL.	SINGULAR	PLURAL
1	mu	a	u	a	Muhatu umoxi	Ahatu atatu
2	mu	mi	u	i	Muxi umoxi	Mixi itatu
3	Ki	i	ki	i	Kinama kimoxi	Inama itatu
4	di	ma	Di	Ma	Dibengu dimoxi	Mabengu matatu
5	u	mau	u	ma	Uta umoxi	Mauta matatu
6	lu	malu	lu	ma	Lubambu lumoxi	Malubambu matatu
7	tu	matu	tu	ma	Tubia tumoxi	Matubia matatu
8	ku	maku	ku	ma	Kufua kumoxi	Makufua matatu
9	i	Ji	i	ji	Imbua imoxi	Jimbua jitatu
10	ka	Tu	ka	tu	Kaditadi kamoxi	Tuditadi tutatu

Fonte: Quadro transcrito da Gramática de Kimbundu de José Quintão

Estes prefixos têm grande importância porque determinam a concordância entre as diferentes palavras (Ducrot, 2013:9).

²⁵ Prefixo: morfema da classe dos afixos que figura em posição inicial de uma unidade lexical ou radical (Ntondo e Fernandes, 2002).

2.2.2. A Língua Portuguesa na região

A Quiçama utiliza a Língua Portuguesa como língua oficial e de ensino conforme está plasmado na Constituição da República e na Lei de Base do Sistema de Educação de Angola.

A actual Constituição (2010) diz claramente: “Artigo 19.º Línguas: 1. A língua oficial da República de Angola é o português. 2. O Estado valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola, bem como das principais línguas de comunicação internacional”²⁶.

Assim como, a Lei de Base do Sistema de Educação N.º13/01 de 31 de Dezembro de 2001, diz claramente: “Artigo 9.º. Língua: 1. O ensino nas escolas é ministrado em Língua Portuguesa. 2. O Estado promove e assegura as condições humanas, científico-técnicas, materiais e financeiras para a expansão e a generalização da utilização e do ensino de línguas nacionais. 3. Sem prejuízo do nº 1 do presente artigo, particularmente no subsistema de educação de adultos, o ensino pode ser ministrado nas línguas nacionais”²⁷.

São vários os motivos que explicam esse fenómeno. O principal foi a implantação, pelo regime colonial português, de uma política assimiladora que visava a adopção, pelos angolanos, de hábitos e valores portugueses, considerados "civilizados", entre os quais se encontrava o domínio da Língua Portuguesa...²⁸. Assim como explica Z. Ntondo e F. Fernandes (2002:101):

«Os portugueses utilizaram como critério de comunicação, para imposição da língua portuguesa, o monolinguismo».

Apesar de ser um processo impositivo, a adopção da Língua Portuguesa facilitou, principalmente a partir de meados do século XX, a comunicação entre pessoas de diferentes origens étnicas, no processo de reivindicação que levou Angola à independência.

²⁶ ANGOLA, Constituição da República, Artigo 19º, 2010.

²⁷ ANGOLA, Imprensa Nacional, Diário da República, Iª Serie nº 65, Lei de Base do Sistema da Educação, 31 de Dezembro, p. 1290, 2001.

²⁸ http://pt.wikipedia.org/wiki/L%C3%ADnguas_de_Angola

Ao debruçarmos sobre a Língua Portuguesa na região, encontramos-nos perante um tema muito polémico porque, segundo Quibongue (2013:11) foi ensinada a povos que têm outras línguas maternas²⁹, o que fez dela uma língua segunda...³⁰

A Língua Portuguesa na região funciona como língua veicular³¹, sobretudo pelos jovens com idade escolar que têm-na como língua materna. Mas a língua não estagnou. Bem pelo contrário, desenvolveu-se e recebeu várias influências da língua local e vice-versa, ganhou uma feição própria e única.

Concordamos com Quibongue (2013:11) quando afirma que Angola é um país plurilingue e que nele encontramos línguas com estruturas diferenciadas e que são na sua maioria de origem bantu. A estas línguas juntou-se a Língua Portuguesa, desde a chegada dos portugueses a estas terras, hoje chamadas Angola. Ela desempenha o papel preponderante de Língua Oficial, como elo interétnico.

A utilização da Língua Portuguesa pela maioria social dos habitantes da Quiçama não impede que a elite tradicional³² fale e pratique Kimbundu, exercendo assim, o bilinguismo nas suas relações sociais. Porém, em ambiente familiar falar português não é prática generalizada³³.

Segundo Chivinga (2014:43) a Língua Portuguesa é uma herança colonial, estabelecida e oficializada na sequência da independência, num contexto bastante complexo para a nossa história nacional. “Parece-nos que a Língua Portuguesa teve um carácter unificador”. Batalha (1889:12b) nos diz que:

«A língua é, sem dúvida, o mais poderoso elemento da unificação nacional de qualquer povo. O estudo profundo de uma língua faz-nos conceber a natureza do povo que a fala».

²⁹ Língua materna é a língua que foi aprendida como primeiro instrumento de comunicação, desde tenra idade, geralmente aprendida no meio familiar e utilizada no país ou região de origem do falante. Ver GOMES, Á. 2000:320.

³⁰ Língua Segunda é a língua adquirida imediatamente depois da língua materna definida como língua primeira. É efectivamente a segunda na ordem de aquisição e muitas vezes a segunda a nível do domínio, após a língua materna. Beneficia de um estatuto privilegiado, em virtude de ser, nalguns casos, língua veicular numa comunidade. Cf, Quibongue, 2013:11

³¹ Que serve para transmitir, fazer passar de um lugar ao outro. Ou ainda, que serve de comunicação entre grupos de línguas maternas diferentes.

³² Entendemos por elite tradicional, os mais velhos, que têm como língua materna a língua Bantu. E a maioria social, os mais novos, que têm como língua materna a Língua Portuguesa.

³³ Quem fala Kimbundu em público é considerado uma pessoa “atrasada”, o que explica que a maioria envie grandes esforços para se expressar na língua que lhe granjeia um melhor estatuto social. Ver Chivinga, 2014:49.

De facto, mas antes da presença portuguesa em terras africanas, existiam vários dialectos³⁴ que são outros instrumentos que servem para relacionar as pessoas umas com as outras. Contudo, este facto não retira o mérito à Língua Portuguesa.

Actualmente, a Língua Portuguesa na região é vista como um instrumento de comunicação e de afirmação perante um mundo globalizado. Enquanto que a Língua Kimbundu é vista pela maioria dos descendentes como sinónimo de atraso social, cultural e tecnológico.

2.2.3 Línguas em contactos

A história e a sociologia da linguagem mostram-nos que as relações entre línguas em contacto dependem essencialmente de contactos extralinguísticos: militares, culturais, políticos, económicos, etc. (Quibongue, 2013:15).

Hoje em dia, com as deslocações constantes de comunidades vindas das províncias (do interior), e tendo línguas diferentes do Kimbundu como maternas, o fenómeno de interferência, em Luanda, ganhou novas formas. Nesta conformidade, o Kimbundu é hoje, mais uma dentre as várias línguas com as quais o português está em contacto nesta cidade (Mingas, 2000:15).

Num contexto multilingue, as interferências são porém numerosas, ocorrendo contaminação mútua das línguas em presença... (Marques, 2001:416).

Segundo Mingas (2000:43) estas línguas apresentam algumas diferenças linguísticas importantes, que estão na base de muitas alterações morfofonológicas e morfossintáticas que caracterizam o português de Angola relativamente ao de Portugal³⁵.

A Língua Portuguesa como língua protegida³⁶ encontra-se na região em permanente transformação³⁷. As interferências linguísticas resultantes do seu contacto com as línguas angolanas de origem africanas, a criação de novas palavras e expressões

³⁴ Tornam-se dialectos naqueles, que sem lhe terem dado fixação pela escrita, conseguiram diferenciar-se de uma língua mais universal, pela dissidência de pronúncia e pelo uso e emprego do arcaísmo e neologismo. Ver Batalha, L. 1889:21b

³⁵ Sobre este assunto ver MINGAS, Amélia A, Interferência do Kimbundu no português falado em Lwanda. Luanda, ed. Chá de Caxinde, 1ª ed., p. 43. 2000.

³⁶ Sobre este assunto ver CHIVINGA, A. N. Que futuro para as Línguas Nacionais Angolanas? Ensaio sobre as políticas de protecção e valorização das Línguas Nacionais Angolanas. Luanda, 1ª edição, Editora Centr´Artes, 2014.

³⁷ A Língua Kimbundu penetra nos centros urbanos, onde é pouco conhecida e foi obrigada a fazer frente à Língua Portuguesa. Tal situação originou a empréstimos externos e neologismos entre as línguas. Sobre este assunto veja Mingas (op. Cit); Costa, 2013:39

forjadas pelo génio inventivo popular, bem como certos desvios à norma padrão de Portugal, imprimem-lhe uma nova força, vinculando-a e adaptando-a cada vez mais à realidade angolana³⁸.

Alguns dos muitos exemplos são as unidades lexicais: "kamba", "kota", "caçula" ou "bazar", que provêm de vocábulos kimbundu, *dikamba* (amigo), *dikota* (mais velho), *kasule* (o filho mais novo) e *kubaza* (fugir), respectivamente. Para além dos já plenamente dicionarizados na Língua Portuguesa, batuque, bunda, bumbar, bué, cambolar, capanga, catinga, gingar, ginguba, jimbolo, jingo, madié, mambo, minhoca, missanga, mocambo, mocotó, moleque, munda, mupanda, mutula, muzumbo, quibuca, quimbemba, quitanda, samba, tanga, e muitos outros³⁹.

O nível lexical é, sem sombra de dúvidas, o mais rico em fenómenos de interferência...Os seus elementos são, por conseguinte, os mais vulneráveis ao fenómeno de interferência, numa situação de contacto de língua (Mingas, 2000:59).

Debruçando-se sobre o léxico das línguas em contacto, a introdução de novos vocábulos é inevitável, pois, provêm da situação e da necessidade da comunicação entre o locutor A com os interlocutores Bs de línguas diferentes⁴⁰. A esses vocábulos, que resultam do choque entre as línguas em contacto, pode-se atribuir o nome de neologismo⁴¹ (Costa, 2013:33).

A partir do momento que o povo angolano assumiu a Língua Portuguesa como língua oficial e de ensino era de se esperar que, cedo ou tarde, essa língua, influenciasse as línguas angolanas de origem africana, assim como a sua toponímia.

De facto, por isso, a recuperação da memória toponímica dos africanos, está entre as prioridades do executivo angolano. Veja a explicação de Z. Ntongo (s/d):

«O contexto actual exige a reposição linguística dos topónimos com base no sistema fonológico das línguas em que eles são designados, de forma a inseri-los na sua cultura e/ou história respectiva».

³⁸ http://pt.wikipedia.org/wiki/L%C3%ADnguas_de_Angola

³⁹ http://pt.wikipedia.org/wiki/L%C3%ADnguas_de_Angola; Sobre este assunto veja também WARMENHOVEN, Pe. João. Vocabulário da Língua do Kimbundu de Angola. Edição Missie Informatie Dienst da Congregação do Espírito Santo Ridderplein, Nederland, 1994.

⁴⁰ Sobre este assunto ver COSTA, Teresa Manuela Camacha José da, Os empréstimos das línguas Bantu no português falado em Angola. Um estudo lexicológico da variante angolana, Luanda, 1ª ed, p. 39, 2013.

⁴¹ Ao processo de criação lexical, dá-se o nome de neologia. O elemento resultante, a nova palavra, é denominado neologismo. Cf. ALVES, Ieda, Neologia e Neologismo. S. Paulo, editora Ática, p. 5. 2002.

Outrossim, não podemos esquecer a relação histórica que o povo angolano mantém com os portugueses. Repor os elementos culturais e linguísticos africanos não significa, necessariamente, “apagar” ou desvalorizar a memória colectiva⁴² estabelecida no contacto entre os dois povos.

Angola é um país multilingue onde a Língua Portuguesa realiza-se numa situação de contacto com as línguas angolanas de origem africana, não bantu e bantu. Hoje fala-se mesmo do português angolano por ter sido apropriado pelos angolanos.

A língua e os dialectos (que são numerosos) podiam, pela comparação, dar-nos muita luz sobre os tempos recuados; mas nada se tem feito até hoje neste sentido. Só o estudo profundo da língua Bantú, como língua-mãe, e o do mbundu e seus dialectos, a compilação dos provérbios, canções e adivinhas, etc., e uma sã crítica filológica, poderão arrancar ao tempo o que o tempo nos oculta acerca de Angola (L. Batalha, 1889:4).

2.2.3.1. Processo de aportuguesamento dos topónimos da região

Sabe-se que todas as línguas em presença formam dois grupos geneticamente diferentes (Línguas Africanas {Bantu e não Bantu} e Língua Portuguesa) com sistema lexical, fonológico e sintáctico nitidamente diferenciados. No caso presente, dada a imposição unilingue do português, conferindo-lhe institucionalmente a plurifuncionalidade, a ortografia da toponímia angolana, refém desta situação, conheceu modificações profundas, de que o período pós-independência perpetua, adaptada às características fonológicas da língua dominante (Z. Ntondo, s/d, p. 99).

Os topónimos aportuguesados funcionam como um vazio, não são reconhecidos na Língua Portuguesa e muito menos nas línguas angolanas de origem africana. Outrossim, não possuem nenhuma referência semântica nas referidas línguas. Observa-se no topónimo que empresta o nome ao país “*Angola*”. Já “*Ngola*” significa na língua Kimbundu um pequeno metal que se veio a converter num símbolo da autoridade política entre os Ambundu. É por esta razão que a história de Angola regista que os soberanos do norte recebiam o título de Ngola, por exemplo Ngola Kiluanji, Ngola Mbandi, etc⁴³

⁴² Sobre memória colectiva veja Berta (2011:8)

⁴³ HENDERSON, L. A igreja em Angola, Lisboa. 2ª Edição, Editorial Além-mar, p. 14, 2001

Z. Ntondo (s/d) explica como a toponímia angolana foi aportuguesada. Utilizamos alguns exemplos deste autor, adaptando-os à realidade do nosso estudo. Passamos a apresentar:

a) Desnasalização do grupo consonântico (pré-nasalizado):

$CNC_o \rightarrow \emptyset co$

Dembos	Ndembu
Demba	Ndemba

b) A segmentação do grupo consonântico (NCo) com um apóstrofo, criando duas sílabas diferentes:

$CNC_o \rightarrow CN'Co$

N'gola	Ngola
--------	-------

c) A utilização de /o/ em final da palavra em vez de /u/ em conformidade com a fonologia portuguesa:

Kimbundo	Kimbundu
Dembo	Ndembu
Quipungo	Cipungu

d) A pluralização sufixal incompatível com a morfossintaxe bantu:

Dembos	Ndembu
Kimbundos	Kimbundu

e) A duplicação de /s/, uma vez em posição intervocálica, para manter o som {s}:

Kissama	Kisama
Sosso	Nsoso

2.3. Tentativas de reconstrução toponímica da região

É do conhecimento de todos interessados na matéria que a toponímia angolana foi aportuguesada, isto é adaptada a fonologia da Língua Portuguesa, o que a torna desconhecida quer na cultura das línguas angolanas de origem africana quer na cultura da Língua Portuguesa.

O contexto actual na região apresenta uma preocupação do executivo angolano na tentativa de reconstrução da toponímia angolana, com o propósito de uma harmonização/normalização ortográfica da toponímia angolana. Tal assunto leva-nos a questionar o que se pretende, de facto, com esta harmonização ortográfica e como proceder na prática?

Segundo o relatório da Comissão Multisectorial criada em 2003 encarregada de tal tarefa apresenta como proposta os seguintes princípios para a harmonização ortográfica da toponímia angolana⁴⁴:

- Adequar a ortografia dos topónimos à fonologia das línguas nacionais em que são expressos os mesmos, isto é conformar a ortografia simultaneamente à fonética (sons, maneira de pronunciar) e à escrita das línguas angolanas de origem africana tal como os seus alfabetos preconizam;
- Uniformizar a escrita de todos os sons idênticos que se verificam nas línguas angolanas de origem africana, por forma a evitar a diversidade, diferenciação e heterogeneidade ortográficas.
- Deve-se proceder na prática utilizando a classificação de Malcom Guthrie⁴⁵ e repartir as línguas bantu de Angola em três zonas linguísticas H, K, R. A zona H reúne as línguas Kikongo e Kimbundu, a zona K todas as línguas faladas na parte oriental do país (Cokwe, Ngangela, Luvale, Lucazi, Mbunda...) e a zona R as línguas do centro-sul (Umbundu, Nyaneka-Nkhumbi, Oxikwanyama, etc).

⁴⁴ Ministério de Administração do Território. *Grupo Técnico da Comissão Multisectorial para Harmonização da Ortografia da Toponímia da Divisão Político-Administrativa. Relatório Final* Luanda, [Cf. documento interno nº 1180/04.03.00/GAB.SCM/2003], 2005

⁴⁵ Cf. GUTHRIE, Malcom, 1948, *Comparative Bantu*

Segundo Z. Ntondo (s/d:99) a reconstituição ortográfica dos topónimos deve, em função dos fonemas de cada língua, obedecer às seguintes regras que conduzirão a normalização:

- a) O respeito e a realização da semivocalização de i, u, (y, w) numa sequência de vogais V1, V2, onde V1 representa as vogais i, u, e V2 representando outras vogais, evitando assim a ditongação:

Luanda	Lwanda
Cuanza	Kwanza
Demba Chio	Ndemba Chiyo

- b) Em todas as línguas nacionais, /g/ não aparece de forma isolada, pois é sempre precedido da nasal e constitui deste facto um fonema único /ng/. Nunca é seguido pela vogal u, diante de vogal:

Gulungo Alto	Ngulungu Alto
Cuango	Kwangu

- c) O fonema /s/ nunca é duplicado em posição intervocálica para o som [s], nem substituído por /c/ ou /ç/⁴⁶:

Kissama	Kisama
Quiçama	Kisama
Calucinga	Kalusinga

- d) /Qu/ e /c/ não constam do alfabeto⁴⁷, utilizar-se-á o grafema /K/ para os diversos usos onde aparecem os sons [ca, co, cu] e [que, qui] como se verificam em:

Quissama, Quiçama	Kisama
Quixinge	Kixinge

⁴⁶ De acordo a gramática de Quintão o S soa sempre Ç, mesmo entre as vogais e nunca Z. Cf. QUINTÃO. 1934:12.

⁴⁷ (Cf. MATA, C, 1893: 3; QUINTÃO, J. L., 1934: 11, JUNIOR, A, s/d).

- e) É preciso ter em conta em todas as línguas os processos de desnasalização e de separação de grupos consonânticos (Nasal + Consoante oral) que prevaleceram no momento de aportuguesamento:

Demba Chio	Ndemba Chiyo
Angola	Ngola
N’Pango	Mpango

Para Costa (2013:51) a atribuição de novos nomes a regiões durante a colonização foi uma forma de fazer valer a soberania portuguesa, desfazendo assim todo “o sintoma de retorno às origens”. Uma vez alcançada a Independência Nacional, o governo angolano retomou os nomes antigos africanos (embora alguns já aportuguesados), desta vez, uma forma de afirmar a soberania angolana.

A toponímia actual da região é sem dúvida africana e possui uma memória colectiva, mesmo tendo alguns topónimos africanos aportuguesados. A solução aparentemente encontrada pelos intervenientes para tal situação consiste no desaportuguesamento desses topónimos e na correção ortográfica dos mesmos de acordo a fonologia das línguas angolanas de origem africana. Pois, lembremos que essa questão é mais complexa porque até o nome que dá título ao país teria de ser alterado. Implicaria uma série de medidas que não são apenas linguísticas ou culturais, mas também político-administrativo.

Afonso Loureiro (2010) diz que a aparente arbitrariedade que reina a nova toponímia de Luanda é inexplicável. A maioria admite que é um sentimento lícito desejar apagar as marcas do passado colonial. Por essa razão há pedestais vazios e escudos com as quinas apagadas⁴⁸.

Costa (2013:51) acredita que a reviravolta que se dá/deu com os topónimos angolanos depois da independência é comum a todas as sociedades que saem de um regime para o outro, pois esse é um processo ligado à política que “orienta” uma dada sociedade.

⁴⁸LOUREIRO, Afonso, “Hesitação toponímica”, <http://afonsoaloureiro.net/blog/?p=4031>. 2010. Acesso em: 25 de Novembro de 2014.

2.4. Estrutura morfológica do topónimo em estudo

Para a análise morfológica do topónimo em estudo, fizemos um estudo comparativo em gramáticas de Kimbundu (Chatelain ,1889; de Quintão, J. 1934; de Pe. Ducrot, 2013) e em dicionários de Kimbundu (Júnior, s/d; Mata, 1893; Maia, 2009) sobre as diversas formas grafadas apresentadas do topónimo. Analisamos os seus registos, categorias gramáticas e entradas em dicionários.

Tendo em conta as características específicas da língua Kimbundu não encontramos estruturas morfológicas que indicam a grafia do topónimo em estudo, como <Quissama>, <Quisama> ou ainda <Quiçama>. Aliás, para alguns autores como Quintão, J (1934); Júnior (s/d); Mingas, A (2000) e Ntondo, Z (2002), o grafema <q> não faz parte do alfabeto Kimbundu, por este motivo não é característica específica desta língua. Já grafema <k> segundo os autores supracitados é elemento pertencente do alfabeto Kimbundu⁴⁹. Deste elemento, resulta:

Tabela nº 2 – Estrutura morfológica do topónimo em estudo

	CLASSE	PREFIXO NOMINAL	RADICAL	ESTRUTURA MORFOLÓGICA
KISAMA	3	Ki-	Sama	Sub [sing]
		i-	Sama	Sub [pl]

Fonte: Quadro transcrito e adaptado da Gramática de Kimbundu de José Quintão

Os prefixos indicam essencialmente o número e a classe a que pertence o substantivo que prefixam (Ducrot, 2013:9).

Ao contrário do que se verifica em português, o Kimbundu, como podemos notar, implica diversas classes de nomes, representadas por prefixos, organizadas em pares singular/plural nos quais as distinções sexuais (feminino/masculino) não são importantes ou inexistentes (Mingas, 2000:69).

Segundo A. Costa (2006:122) são agrupados, na 3ª classe, os nomes que apresentam a marca **Ki** e **i**, como especificador de classe, no singular e plural, respectivamente. Esta classe, a relação sintáctica entre o nome e os elementos

⁴⁹ Certamente que o som /Quiçama/ é de origem Kimbundu. Mas a sua transcrição fonética é bastante questionável.

linguísticos que a ele se vinculam é definida pelas mesmas estruturas especificadoras de classe. Atente-se nos exemplos transcritos:

Kinama kimoxi (uma perna; **kinama**=perna; **kimoxi**=uma) / **inama itatu** (três pernas; **inama**=pernas, **itatu**=três).

Quintão (1934:15) diz que antigamente era a classe dos objectos inanimados; hoje contém também pessoas e animais⁵⁰. Veja:

Tabela 3: Classes dos Objectos, pessoas e animais

Kima = coisa	Kimbungu =lobo
Kinama = perna	Kitadi = dinheiro
Kiba = pele	Kitanda = mercado, feira
Kialu = cadeira	Kimbanda = curandeiro

Fonte: Quadro transcrito e adaptado da Gramática de Kimbundu de José Quintão

O Kimbundu, como em todas as línguas bantu, é uma língua em que os nominais estão organizados em classes, representadas por grupos paritários de prefixos⁵¹, o que não acontece em português (Mingas, 2000:69). Tal como se refere Z. Ntondo e J. Fernandes (2000:68) os nomes são caracterizados por prefixos que indicam o singular e o plural. Vejamos o exemplo dado por Ducrot (2013:11)⁵²:

Substantivo = prefixo de classe + radical
--

Morfologicamente, **Kisama** é um substantivo singular⁵³, estruturado pelo prefixo nominal **Ki** e do radical **sama**; no plural faz **Isama**, mudando o prefixo singular de **Ki** em **i**. Os nomes caracterizados no singular pelo prefixo **ki**⁵⁴ farão o plural mudando o **ki** em **i**⁵⁵.

⁵⁰ Segundo Ducrot (2013:11) não só a classe dos objectos inanimados como também dos instrumentos e hoje comporta também pessoas e animais.

⁵¹ Prefixo: morfema da classe dos afixos que figura em posição inicial de uma unidade lexical ou um radical (Cf. Ntondo, Z e Fernandes, J. 2000:68)

⁵² Fonte: Ducrot, Pe. Gramática da Língua Kimbundu, Malanje, p, 11, 2013.

⁵³ Cf. Júnior (s/d:140)

⁵⁴ Ki além de ser um prefixo nominal e verbal também é um pronome relativo; conjunção subordinada, tempo: quando; Adverbio de negação, não: ligado ao verbo. Em certas regiões em vez do fonema /ki/ pronuncia-se /tyi/ ou /txi/, como acontece com outros dialectos do Bantu. Igualmente alguns não pronunciam /tyi/ ou /txi/ no princípio da palavra, mas dizem /tyi/ ou /txi/. Cf. Warmenhoven, Pe João.

2.5. A questão da motivação Semântica do topónimo em estudo

A semântica enquanto disciplina linguística ocupa-se da descrição do significado das palavras, das frases e do texto (Torto e Lopes, 2007:13).

A nossa análise semântica sobre o topónimo em estudo basear-se-á, primeiramente, em conceitos histórico-sociais sobre a região para a descrição do significado do topónimo. E em seguida começaremos por introduzir conceitos básicos de semântica, tais como o de significado lexical, o das relações entre significado lexical, referentes e representações mentais, e os de extensão.

A. F. Ferreira (2012:166) em sua obra “A Kisama em Angola do século XVI ao início do século XX” «apresenta diversas contribuições de vários autores na tentativa de compreender o significado de Quiçama. Segundo Cadornega citado pela autora acima referenciada, a origem do nome da região provém da sua «aridez» e causa de fomes periódicas. Mas fomes também as houve noutras regiões, e esta hipótese não parece sólida. Henrique Galvão pensa que a palavra derivaria do nome de um animal correntemente chamado «*quissema*» na região. Segundo J. P. Neto, existe na província do Kunene, no Sul de Angola, um animal localmente chamado «*quissema*», mas também «*quissama*». Não sabemos se estes dois nomes também eram utilizados na Quiçama, mas na medida em que estes animais existiam noutros lugares que não a Quiçama, isso não basta para explicar a origem do nome da região, excepto se aí fossem particularmente numerosos, o que não sabemos de qualquer fonte consultada».

Todavia, o topónimo em estudo, na denominação geográfica que modernamente apresentam, parece não ter nenhuma significação linguística ou histórica na língua africana. Observa-se em <Quiçama>, <Quissama>, <Quisama> ou ainda <Kissama>.

Segundo Torto e Lopes (2007:20) para a descrição semântica duma palavra os dicionários recorrem muitas vezes a equivalentes lexicais e/ou proposicionais. Observemos os casos que se seguem:

Para Júnior (s/d:141) “Kisama” é um substantivo que quer dizer Facho; archote. Também adoptado para designar novo significado como Brandão; tocha. Kisama Mukua - Adj: Natural ou da região da Quissama ou ainda isama. Segundo o mesmo autor Isama é o substantivo plural que significa lanternas; Archotes; pequenos atados de capim resinados; mu-isama quer dizer na terra de archotes (Op. Cit, 62).

Vocabulário da Língua do Kimbundo de Angola, Nederland, edit. Missie informatie dienst da Congregação do Espírito Santo, pp. 34, 88, 1994.

⁵⁵ Adaptado in préfacio Nascimento, 1903: VII.

Esse significado pode estar relacionado com o universo de referentes. Tal como afirma Torto e Lopes (2007:23) os significados das palavras estão relacionados com o universo de objectos, de entidades, de situações, de acções e de estado que elas verbalizam. Mas também estão relacionados com as representações mentais que fazemos dos objectos, com os cenários que numa dada comunidade identificamos.

Padre Maia (2009:384), em seu Dicionário Complementar de português – Kimbundu – kikongo, diz que lanterna significa em Kimbundu: Kisama. Provavelmente de facho, archote ou brandão, este topónimo passou a ter um significado lexical por extensão.

Segundo autoridades tradicionais o topónimo em estudo deriva de “Kisamunu⁵⁶” que na língua Kimbundu quer dizer pente de pau⁵⁷.

Esse significado é o significado lexical. Quando alguém diz que uma palavra tem um determinado significado está, conscientemente ou não, a referir-se ao conteúdo informativo que essa palavra veicula (Torto e Lopes, 2007:17).

Paralelamente à multiplicidade de grafias do topónimo em estudo⁵⁸, há também uma multiplicidade de significações.

Não há hoje em dia absoluto consenso relativamente a descrição do significado do topónimo em estudo. Fica, então, sem resposta a origem e o significado da Quiçama que permanecem obscuros. Acreditamos que para além da Linguística e da História, essa análise merece especial atenção em outras áreas como a Antropologia Cultural e Social e a Geografia Humana. Só assim poder-se-á, talvez, aprofundar mais sobre o assunto.

⁵⁶ Júnior, A (s/d:141) em seu dicionário dá entrada de “Kisamunu” significando pente.

⁵⁷ Ver em anexos a transcrição da entrevista feita pelo autor ao Soba Grande da Quiçama Paulo António Rodrigues em Luanda, no distrito da Quiçama no dia 13/01/2015.

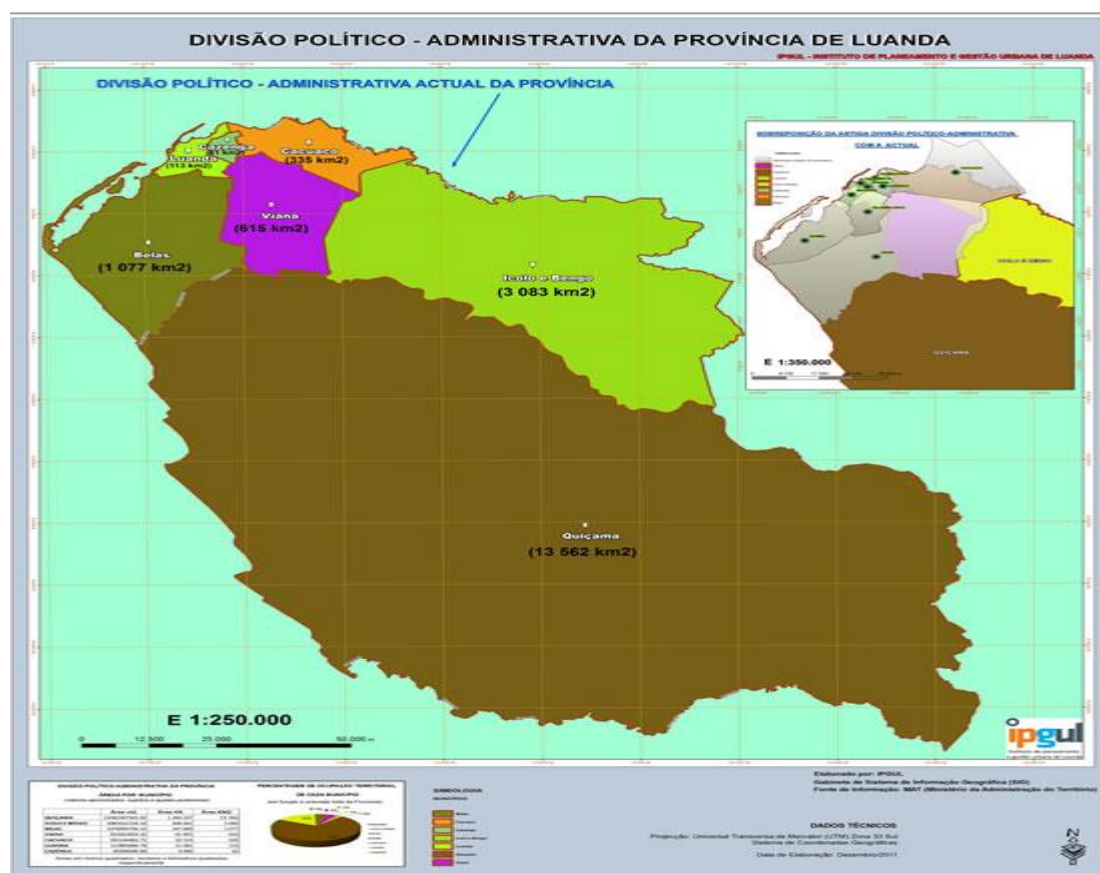
⁵⁸ Possui o mesmo som mas grafia e significado diferente. É possível que seja um topónimo homófono.

CAPÍTULO III

PROPOSTA PARA UMA UNIFORMIZAÇÃO E NORMALIZAÇÃO GRÁFICA DO TOPÓNIMO EM ESTUDO: METODOLOGIA DE TRABALHO

3.1. Apresentação e discussão dos dados da região

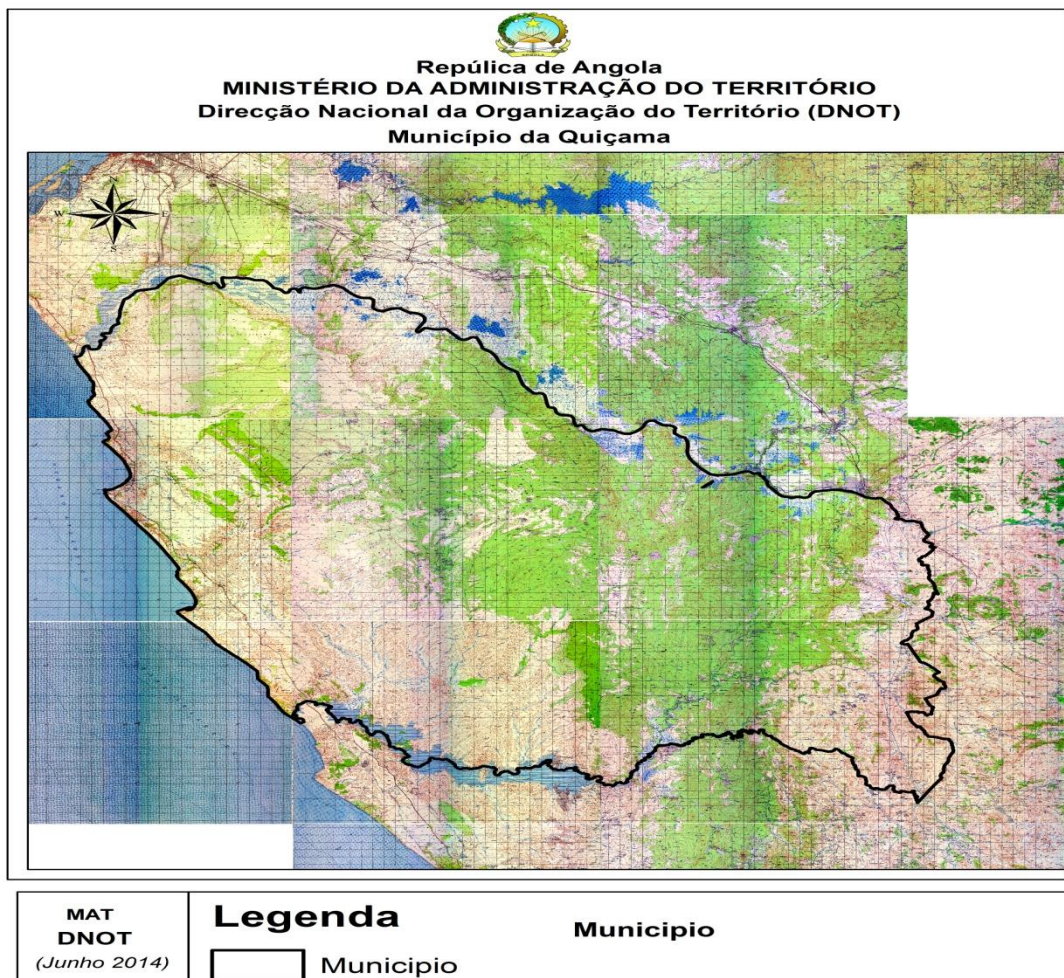
Quiçama, actualmente, é um dos municípios da província de Luanda⁵⁹, em Angola, tendo sido transferido da província do Bengo no seguimento da reforma administrativa das duas províncias⁶⁰. Veja os mapas a seguir:



Fonte: <http://guiadeluanda.com/wp-content/uploads/mapa-divisao-politica-g.jpg>

⁵⁹ Luanda é uma das dezoito (18) províncias da República de Angola e segundo resultados preliminares do Censo Populacional (2014) conta com uma população estimada em 6.542.944 milhões de habitantes e está dividida administrativamente pelos seguintes municípios: Belas, Cacuaco, Cazenga, Icolo e Bengo, Luanda, Viana, Quiçama.

⁶⁰ Lei n.º 29/11 de 1 de Setembro - Alteração da Divisão Político-Administrativa das Províncias de Luanda e Bengo. Ministério de Administração do Território, Luanda, 2011 [documento interno]. Ver também *Diário da República*, Imprensa Nacional de Angola, p. 4130.



É limitado a Norte pelos municípios de Viana e Icolo e Bengo, a Este pelos municípios de Cambambe, Libolo e Quibala, a Sul pelos municípios de Quilenda e Porto Amboim e a Oeste pelo Oceano Atlântico⁶¹. Parte do município é ocupada pelo Parque Nacional da Quiçama.⁶²

Quiçama, em termos de extensão territorial, segundo IPGUL⁶³ ocupa uma área de 13.562 km². É o maior município de Luanda e segundo o resultado da estatística do Censo Populacional de 2014 é o município menos populoso, estimado em 25.086 mil habitantes⁶⁴. Veja o quadro a seguir:

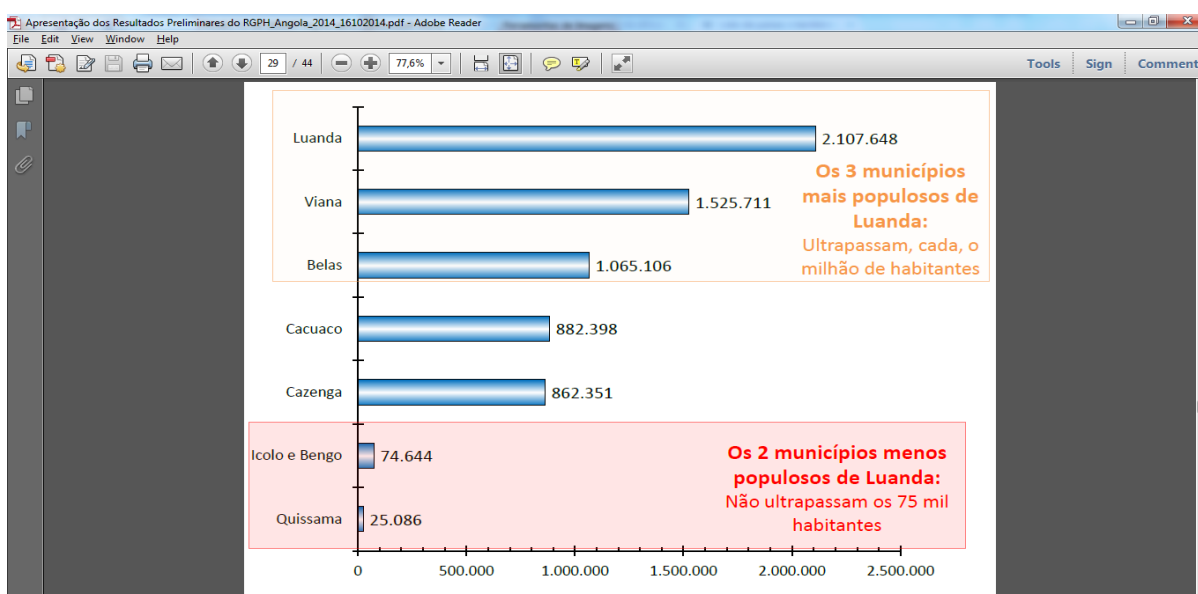
⁶¹ Ver <http://pt.wikipedia.org/wiki/Qui%C3%A7ama>. Acesso em: 24/Novembro/2014

⁶² <http://www.globeholidays.net/Africa/Angola/Quissama/Maps5.htm>. Acesso em: 30/Novembro/2014

⁶³ Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda

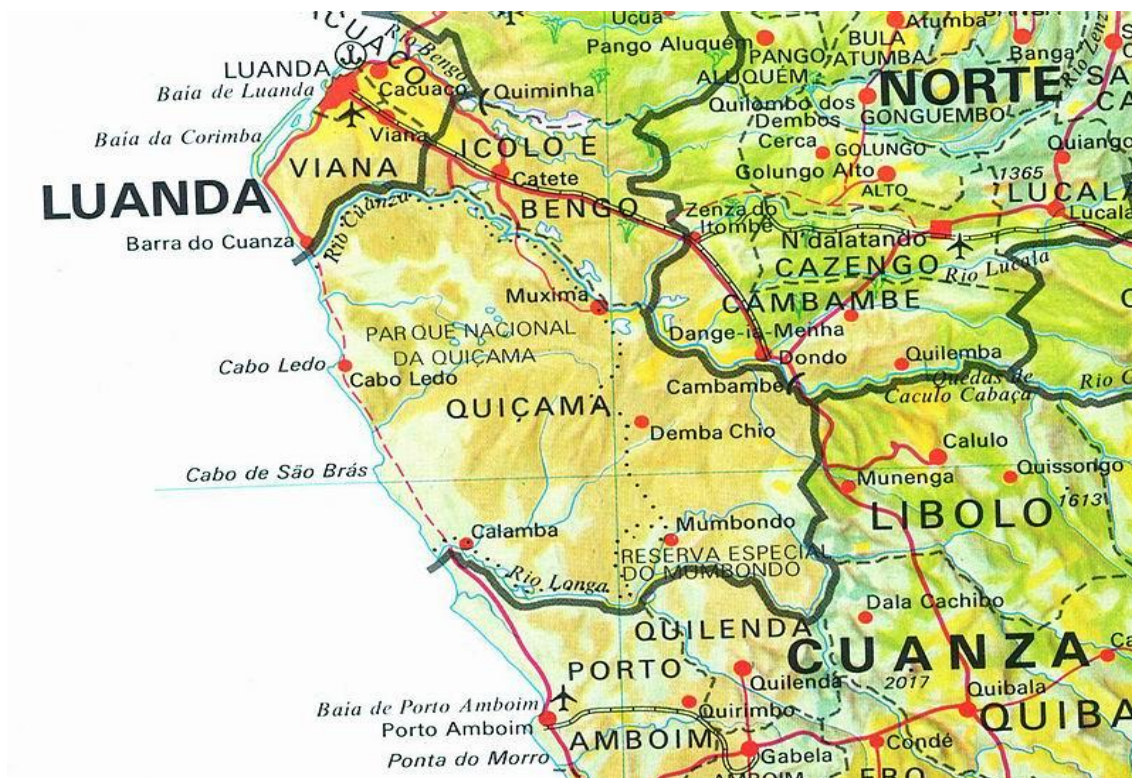
⁶⁴ Instituto Nacional de Estatística. Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH) de 2014, Resultados Preliminares, in: [file:///C:/Users/Dell/Downloads/Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Resultados%20Preliminares%20do%20RGPH%20Angola%202014%2016102014%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Dell/Downloads/Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Resultados%20Preliminares%20do%20RGPH%20Angola%202014%2016102014%20(1).pdf). Acesso em: 26/Novembro/2014.

Quadro nº 3 – Censo Populacional de 2014



Fonte: [file:///C:/Users/Dell/Downloads/Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Resultados%20Preliminares%20do%20RGPH Angola 2014 16102014%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Dell/Downloads/Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Resultados%20Preliminares%20do%20RGPH%20Angola%202014%2016102014%20(1).pdf)

A região está dividida administrativamente pelas seguintes comunas: Cabo Ledo, Quixinge, Demba Chio, Mumbondo, Muxima. A sede do município é a Vila da Muxima. Veja o mapa a seguir:



Esta região encontra-se numa zona de clima tropical quente e semi-árido entre dois rios principais – o Cuanza a norte e o Longa a sul. As terras são bem irrigadas na proximidade destes cursos de água, mas no interior a água rareia. Entre os recursos da Quiçama, cabe ainda citar as minas de sal-gema, em Ndemba, na parte ocidental da região (Ferreira, A. F, 2012:100).

As grafias do topónimo, em estudo, recolhidas em entrevistas orais e em documentos escritos, realizada na Vila da Muxima, são fundamentais para análise e elaboração de fichas lexicográficas.

Costa & Silva (2006:5) definem *corpus* como sendo «um conjunto de textos orais e/ou escritos, relativos a um domínio, cuja organização resulta de critérios previamente estabelecidos».

Para delimitar o domínio foi necessário proceder à revisão dos documentos da Administração da Quiçama que dizem respeito a toponímia.

Para o nosso trabalho, a dimensão do corpus não é a nossa maior preocupação, mas sim, a sua análise e a observação.

3.2. Fichas Lexicográficas

Segundo Seabra (2004:47) a ficha lexicográfica pode ser descrita como um conjunto estruturado de informações sobre um topónimo, objetivando explicitá-lo e classificá-lo. Elas foram organizadas com fins didáticos.

Adoptaremos o modelo de ficha utilizado por Seabra (2004:47). Porém com algumas adaptações à realidade do nosso estudo, tendo os seguintes campos⁶⁵:

⁶⁵ A nossa intenção não é apresentar a descrição detalhada de vários topónimos mas sim apresentar as diversas formas grafadas do topónimo em estudo. Porém, alguns campos, eventualmente, podem não sofrer alterações, uma vez que, se trata do mesmo topónimo mas com grafia diferente.

Grafia:	Taxonomia:
Província/País: Gentílico: Derivação: Motivação: Origem: Histórico: Entrada lexical: Estrutura Morfológica: Informações enciclopédicas: Fonte: Investigador: Nota explicativa: Data de recolha:	

Grafia: corresponde ao registo escrito do nome geográfico recolhido em documentos escritos ou em entrevistas orais.

Taxonomia: neste campo regista-se a taxa do topónimo, conforme se mostra no 1º capítulo, ponto 1.3; isto é, o nome de lugar inscrito na ficha deverá receber uma classificação ou taxa.

Província: Indica a província onde o topónimo em estudo está localizado.

Gentílico: este campo tem a ver com o local de nascimento ou residência de um indivíduo.

Derivação: Processo de formação de palavras

Motivação: Trata-se da natureza semântica da denominação, ou seja, o vínculo entre o nome e o lugar. Divide-se em humanos e físicos.

Origem: Indica a sua procedência. Saber se é africano, europeu ou outros. Procurou-se classificar cada uma das formas grafadas em relação a sua origem linguística.

Histórico: Neste item é apresentada a evolução histórica da forma grafada. Saber quando esta ocorreu, com bases em documentos escritos.

Entrada lexical: Neste item é apresentada a sua entrada em dicionários.

Estrutura Morfológica: Indica a classe gramatical e o número, agrupado em estrutura morfossintacticas. Ex: Ns [Ssing] = Nome Simples [Substantivo singular]

Informações Enciclopédicas: Neste campo, de acordo as formas grafadas, pretendemos apresentar várias informações sobre o topónimo em estudo, saber sobre a sua origem, morfologia e entradas em dicionários ou vocabulários.

Fonte: Neste campo fizemos referência às fontes (escritas e orais) que utilizam as respectivas formas grafadas. Também consideramos investigadores que utilizam as referidas formas grafadas em seus trabalhos.

Investigador: Neste item apresentamos alguns investigadores que utilizam a respectiva grafia em seus trabalhos.

Nota explicativa: Neste campo tentaremos explicar cada grafia.

Data de recolha: a data em que foi recolhida a grafia do topónimo em estudo.

Quando um dos itens na ficha não ocorre ou não sendo possível a sua classificação, essa ausência é marcada com as abreviações:

- n/c (não classificado)
- n/e (não encontrado)

Apresentamos a seguir as fichas lexicográficas:

Ficha nº 1

Grafia: Quiçama	Taxonomia: n/c
Província: Luanda	
Gentílico: Quiçamista; Quiçamense	
Derivação: n/e	
Origem: aportuguesamento	
Histórico: n/e	
Entrada lexical: Quiçama	
Estrutura Morfológica: n/e	
Informações enciclopédicas: [Kisamɛ].adj. m. e f. (Do quiçama). Que diz respeito ou pertence aos quiçamas, povo angolano que vive na margem esquerda do rio Cuanza. 1. Ling. Língua do grupo Kimbundu falada em Angola. 2. Bras. Mingau de mandioca. 3. Variedade de cana – de –açucar. (Académia das Ciências de Lisboa, 2001:3041). Quiçama – s.m. Reg. (Estado do Rio). Pequeno cesto ou Jaca. A mesma obra apresenta também Quiçamã – s. f. Variedade de cana – de – açucar. S. m. Mingau de polvilho ou goma de mandioca (Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa, 1980:1438). Var. Quissama, Kissama.	
Fonte: Arquivos da Administração Municipal da Quiçama e do Ministério de Administração do Território de Angola	
Investigador: n/e	
Nota explicativa: <Quiçama> com <Qu> e <ç>. Os grafemas <Qu> e <ç> não existem na língua Kimbundu. Veja Júnior (s/d). Logo, acredita-se que esta grafia seja aportuguesada.	
Data da recolha: 15 /09/2014	

Ficha nº 2

Grafia: Quisama	Taxonomia: n/c
Província: Luanda Gentílico: n/e Derivação: n/e Origem: aportuguesamento Histórico: n/e Entrada lexical: n/e Estrutura Morfológica: n/e Informações enciclopédicas: n/e Fonte: Arquivos da Administração Municipal da Quiçama Investigador: n/e Nota explicativa: Segundo o Dicionário de Kimbundu de Júnior (s/d), <Qu> não é grafema pertencente ao alfabeto Kimbundu. Data de Recolha: 15/09/2014	

Ficha nº 3

Grafia: Quissama	Taxonomia: n/c
Província: Luanda Gentílico: n/e Derivação: n/e Origem: aportuguesamento Histórico: n/e Entrada lexical: Quissama Estrutura Morfológica: n/e Informações enciclopédicas: vasto território limitado ao norte pelo rio Quanza, a sul pelo Longa e este pelo Alto Libolo, compreendendo hoje o distrito e província de Luanda (Júnior, 1941:140). Quissama – top. No Brasil: estado do Rio de Janeiro. Do quimbundo, segundo Cannecattim (observações, X, XV), cit. por Nasc.-II, s.v. talvez esteja relacionado com o nome dos Quissamas, tribo de Angola. (Machado, Pedro Dicionário onomástico etimológico da Língua Portuguesa, Horizonte/Confluência, 2ª edição, Vol. III, p. 1230, 1994). Fonte: Requerimento nº 213/A.G./ 1945, Posto de Munbondo in: Arquivo da Administração da Quiçama. Investigador: Batalha (1889:18); Júnior (1941); Cardonega Nota explicativa: Segundo Júnior (s/d), <Qu> não é grafema pertencente ao alfabeto Kimbundu e segundo a Gramática de Kimbundu de Quintão (1934) o grafema <s> não pode ser duplicado. Por isso acredita-se que a grafia seja aportuguesada e a sua leitura é feita de acordo o sistema fonológico da Língua Portuguesa. Data da Recolha: 18/09/2014	

Ficha nº 4

Grafia: Kisama	Taxonomia: Ergotopónimo
Província: Luanda	
Gentílico: isama ou akwa-isama	
Derivação: Kisamunu que quer dizer pente de pau	
Origem: africana	
Histórico: Kisamunu era um homem caçador grande e assustador. As pessoas temiam-no e este homem tinha cabelo comprido mas não gostava de o pentear. É provável que seja através dele que atribuíram o nome de “Kisama” a esta região.	
Entrada lexical: Kisama	
Estrutura Morfológica: Ns [Ssing]	
Informações enciclopédicas: Sub. (III) Facho; archote, brandão; tocha; (Júnior s/d); Para Maia (2009) quer dizer Lanterna.	
Fontes:	
Investigador: Júnior (s/d); Mingas (2000); A. Ferreira (2012);	
Nota explicativa: A grafia de <Kisama> deve ser com <k> e um <s>. Quanto ao /s/ tem o valor de [s]; não pode haver confusão com os grafemas /ç/ e /z/ que têm outros valores fonológicos.	
Esta grafia aproxima-se da fonologia da Língua Kimbundu, podendo ser utilizada em manuais escolares (ou outros documentos) e também em textos em português.	
Data de recolha: 18/09/2014	

Ficha nº 5

Grafia: Kissama	Taxonomia: n/c
Província: Luanda	
Gentílico: n/e	
Derivação: n/e	
Origem: aportuguesamento	
Histórico: n/e	
Entrada lexical: Kissama	
Estrutura Morfológica: n/e	
Informações enciclopédicas: adj.2g.s.m. Ling Ang. m.q Quiçama (Houaiss, 2003:2207).	
Fonte: Houaiss, 2003:2207	
Investigador: MONTECÚCCOLO (1965:22);	
Nota explicativa: A grafia de Kissama com <k> e dois <ss>. De acordo a Gramática da Língua Kimbundu de Quintão (1934) o <s> não pode ser duplicado. Por isso acredita-se que esta grafia seja aportuguesada e a sua leitura seja feita de acordo a fonologia da Língua Portuguesa.	
Data de recolha: 18/09/2014	

Ficha nº 6

Grafia: Kiçama	Taxonomia: n/c
Província: Luanda	
Gentílico: n/e	
Derivação: n/e	
Origem: aportuguesamento	
Histórico: n/e	
Estrutura Morfológica: n/e	
Informações enciclopédicas: n/e	
Fontes: n/e	
Investigador: n/e	
Nota explicativa: A grafia de <Kiçama> com <k> e <ç>. Na Língua Kimbundu não existe o grafema <ç>. Existe apenas o grafema <s> que coincide com o fonema [s].	
Data de recolha: 18/01/2015	

Ficha nº 7

Grafia: Quissamã	Taxonomia: antroponimo
Província/País: Rio de Janeiro – Brasil	
Gentílico: Quissamense	
Derivação: Quissaman	
Origem: aportuguesamento	
Histórico: “Em 1634, os sete capitães da coroa portuguesa na tentativa de conquistar as terras dos índios no Brasil, os capitães encontraram, entre os índios, um negro e ficaram perplexos por verem aquele preto, por lugares incultos, sem moradores; indagaram dele quem era e como veio parar ali; perguntaram-lhe se era crioulo da terra e ele disse que não, que era de nação, Quissamã; Viram que não tinha lugar o que ele dizia; assentaram ter desertado do seu senhor ... e o preto sumiu da aldeia e não o viram mais, por mais diligência que fizessem; aí deram ao lugar o apelido de Quissamã”. MARIANI, Alayde W. “Quissamã, História e Sociedade”, <i>Quissamã</i> . Rio de Janeiro: SPHAN, Fundação Nacional Pró-Memória, 6ª. Diretoria Regional, 1987.	
Estrutura Morfológica: n/e	
Informações enciclopédicas: n/e	
Fontes: Biblioteca Nacional de Lisboa in arquivo: SPHAN, Fundação Nacional Pró-Memória, 6ª. Diretoria Regional, 1987.	
Investigador: A. W. Mariani (1987:30);	
Nota explicativa: A grafia do topónimo “Quissamã” segundo A. W. Mariani (1987:30) esse topónimo era o nome de um escravo que estava entre os índios num aldeamento no Brasil ⁶⁶ .	
Data de recolha: 18/01/2015	

⁶⁶É inquestionável a existência de africanos negros no Brasil e provavelmente esta comunidade pode ter preservado e conservado o nome na memória histórica e toponímica da região.

As fichas lexicográficas normalizadas constituem uma análise minuciosa do topónimo em estudo, com informações sobre as diferentes grafias utilizadas por diversos autores e em diversos documentos oficiais ou não.

3.3. Proposta para uma uniformização e normalização

A questão da grafia da Quiçama, dado o grau avançado de aportuguesamento toponímico na região, deve necessariamente passar por dois processos: a uniformização e a normalização.

A nossa proposta para uma uniformização e normalização gráfica do topónimo em estudo basear-se-á, respectivamente, nos conteúdos académicos dos currículos escolares e em documentos oficiais utilizados na Administração Pública da região.

A uniformização deve ser de tal forma que se torne consistente e eficaz. A normalização da grafia do topónimo em estudo deve ser feita através de um decreto, e uma vez tomada a decisão, não se pode permitir variação da grafia em documentos oficiais utilizados na Administração Pública, assim como nos seus de órgão de comunicação e em manuais escolares.

Essa normalização, apesar de ser um acto político, não deve ser realizada com entusiasmo político e ideológico.⁶⁷ Contudo, deve constituir-se um grupo técnico de especialidade para resolução de tal tarefa. Uma vez feito este trabalho, recomenda-se ainda que se deve fazer um estudo comparativo entre as diferentes grafias do topónimo em estudo e publicar um catálogo provisório para observar as grafias em falta, as que não são conhecidas ou ainda as duplicadas.

Não se pode permitir que diferentes professores de ensino primário ou do 1º ciclo do ensino secundário ensinem aos seus alunos que o topónimo Quiçama pode ser grafado de diferentes maneiras. Pedagogicamente, não é salutar que os alunos a esse nível compreendam essa problemática. Os alunos devem ser orientados e conduzidos a uma matéria organizada e sistematizada.

Propomos uma uniformização e normalização que facilite o estudo da região, não só aos africanos, como também a todos aqueles que se interessam pelo tema. O estabelecimento de uma grafia uniformizada e normalizada responde a uma necessidade real de se substituírem as várias transcrições paralelas da grafia do topónimo em estudo.

⁶⁷ Por causa de alguns intervenientes fanáticos, pois acreditam que o facto de usar «k» estejam a africanizar o nome ou ainda por causa de outros que não conhecem ou desrespeitam as técnicas de transcrição fonética.

3.4. Tipologia dos Documentos

Encontra-se muito destroçado o velho arquivo da Administração da Quiçama, de que não restam senão fragmentos. Apesar de mal confortados podemos, no entanto, fazer uma recolha de dados desde 1940 até 1971.

A tipologia divide-se em:

Documentos escritos antigos: procurou-se encontrar documentos mais antigos, mas quando isso não foi possível, apresentamos documentos escritos com a datação a partir de 1941 como escrituras, relatórios, actas, cartas, notas de pagamento, documentos cartoriais, notariais e paroquiais. Estes documentos apresentam diversas grafias do topónimo em estudo.

Documentos escritos contemporâneos: Apresentamos documentos escritos como uma credencial com carimbo da Administração Municipal da Quiçama e uma notificação do Comando da Polícia da Quiçama.

Os documentos estão em anexo e demonstram a variação gráfica do topónimo em estudo.

3.5. A escolha dos informantes

Para o estudo aqui apresentado, estabeleceu-se que os informantes devem pertencer as autoridades tradicionais, autoridades religiosas e autoridades administrativas ou comunais. Adoptamos o critério da autoridade. Entretanto, na apuração dos dados, observa-se que os informantes são todos do sexo masculino, com à faixa etária superior aos 50 anos de idades, nasceram e sempre viveram na região, com excepção do informante pertencente a autoridade religiosa que é um cidadão português mas que vive a mais de 40 anos na região. Em relação à ocupação profissional: o informante pertencente a autoridade tradicional é o soba grande da região; o informante pertencente a autoridade religiosa é o pároco da igreja Nossa Senhora da Muxima e o informante pertencente à autoridade administrativa é o chefe de Secretária da Administração Municipal da Quiçama. Quanto ao grau de escolaridade: Todos eles têm o 12º ano de escolaridade. Todos informantes são bilingues Kimbundu/Português⁶⁸.

A nossa intenção não era obter um número maior de informantes, mas sim obter informantes com capacidades de explicar sobre a variabilidade da grafia em estudo, suas

⁶⁸ Preferimos os informantes bilingues porque conseguem compreender e explicar a questão das interferências linguísticas.

motivações e consequências, tendo em conta as constantes mudanças do quadro político e administrativo na era colonial; assim como o processo de aporuguesamento e a origem do nome vernáculo da região.

3.6. As Transcrições

Para o trabalho de campo, em que o informante é de fundamental importância, segundo Seabra (2006:46) utiliza-se procedimentos da sociolinguística como inquéritos orais.

De três entrevistas, com duração entre 25 e 30 minutos cada, recolheu-se mais informações sobre o topónimo em estudo. Segundo o Soba Grande da região, o topónimo em estudo deriva de “Kisamunu” que era um homem caçador grande e assustador. As pessoas temiam-no e este homem tinha cabelo comprido, mas não gostava de o pentear.

As entrevistas foram gravadas nas instituições dos informantes, em conversa informal, utilizando-se gravador portátil e colocado em um local seguro. O tempo para gravação dependeu da disponibilidade dos informantes e variou entre os 25 e 30 minutos.

As transcrições ocorreram após as entrevistas, isto é, os dados obtidos da língua oral eram transportados para a língua escrita, para que se pudesse compreendê-los.

Procurou-se conservar nestas transcrições, elementos importantes da língua oral, como repetições, pausas, supressão de vogal ou consoante, calão, etc. Trata-se de uma transcrição ortográfica, porém adaptada.

Adoptamos as normas de transcrição utilizada por Seabra (2006:62):

- A transcrição não pode estar sobrecarregada de emoções
 - Deve ser adequada aos fins;
 - Deve permitir a compreensão do significado do texto;
1. Nem tudo será registado:
 - a) Bilinguismo utilizado num só discurso: Quando não se consegue dizer uma palavra numa língua e diz-se noutra. Ex: A tecnologia ngwami maka = A tecnologia está a trazer problema.
 - b) Erros ortográficos. Ex: brotoof, chiquibook, etc
 2. Serão registados:
 - a) Ausência do -r, -s:

- No final da palavra: dormir = dormi
- Em frases: nas suas moradias = nas sua moradia

b) Pronominalização

- Ihes Baptizavam; Ihes registavam

3. Indicações

- Calão
- Repetições
- Comentários políticos e religiosos

Procurou-se seguir, na medida do possível, as indicações acima relacionadas para as transcrições das entrevistas utilizadas nesta pesquisa toponímica. O modelo da entrevista está em anexo.

3.7. Suporte fotográfico

Os suportes fotográficos apresentam-nos duas placas toponímicas oficiais com grafias diferentes mas referenciando a mesma região. O que demonstra a falta de uniformização gráfica na Administração Pública da região. Veja as fotografias a seguir:



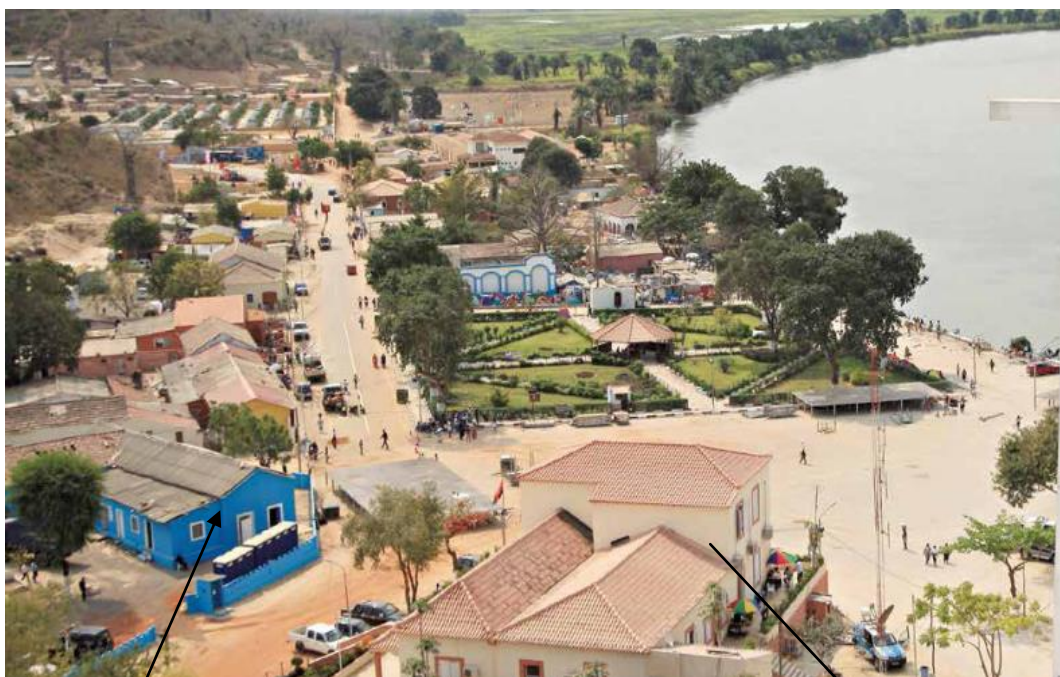
Fotografia nº 1



Fotografia nº 2

Outrossim, os documentos produzidos e emitidos nessas instituições também apresentam grafias diferentes. Todavia, esta confusão gráfica pode provocar confusão topográfica e sem esquecer que a falta de uniformização prejudica a circulação de informação de qualidade.

Todavia, estes organismos públicos encontram-se na Vila da Muxima. O suporte fotográfico nº3 situa e destaca a região onde se realizou a pesquisa de campo para a recolha de dados:



Comando da Polícia da Quissama

Administração Municipal da Quiçama

3.6. Análise, reflexão e sugestão

Na Língua Portuguesa para simbolizar na escrita a pronúncia real de um som usa-se um alfabeto especial, o alfabeto fonético⁶⁹. Este exercício também acontece na língua Kimbundu, onde provavelmente, a transcrição fonética mais próxima poderá ser [Ki'semɛ]⁷⁰.

A situação actual é que o fonema /k/ pode ser representado ortograficamente por *k*, como em, <Kissama>, <Kiçama>; por *q* como em <Quissama>; <Quiçama>. Tanto um como outro utiliza o fonema /s/ que pode ser representado ortograficamente por *ss*, como <Kissama> ou <Qui~~ss~~sama>; por *ç*, como em <Kiçama> ou <Quiçama>⁷¹.

Todavia, toda e qualquer língua tem regra e segundo as regras gramaticais do Kimbundu, no seu alfabeto não existiu o grafema <c> e nem <q> e o grafema <s> não pode ser duplicado. Por isso, todas as unidades lexicais com estas características são transcritas com o grafema <k>, por exemplo, no caso de Kisama.

Alguns estudiosos angolanos acreditam que o facto de representarmos ortograficamente o fonema /k/ pelo grafema <*k*> em um nome, estamos diante de um nome africano ou vernáculo. E se representarmos o fonema /k/ pelo grafema <*q*> ou <*c*> estamos diante de um aportuguesamento. Razão pela qual, supostamente, as várias obras escritas por africanos que fazem referência ao topónimo, grande parte delas, apresenta-o grafado com *k* e apenas um *s*, resultando em Kisama⁷². Veja exemplos:

<Kwanza>, <Kabinda>, <Kongo>, <Kisama> → grafia autêntica africana

<Cuanza>, <Cabinda>, <Congo>, <Quiçama> → grafia aportuguesada

Acreditamos que a toponímia da região passou a ser grafada quando da presença dos europeus em territórios africanos. Todavia, foram eles quem grafaram pela primeira vez a região que até à fase dos descobrimentos portugueses era conhecida apenas oralmente. Por conseguinte, a diversidade da grafia deve-se também à presença

⁶⁹ Sobre o mesmo assunto ver Cunha e Cintra, 2005:29.

⁷⁰ Tivemos, no entanto, de fazer certas adaptações para a transcrição do som da língua Kimbundu para os quais não existe ou não conhecemos sinal próprio naquele alfabeto. Segundo o quadro do Alfabeto Fonético Internacional (AFI), criado em 1888, apresentado por Mateus (200:51) o fonema [k] é transcrito por < C >. Esta transcrição corresponde ao subconjunto dos sons do dialecto padrão do português europeu

⁷¹ Na escrita alfabética, o grafema corresponde a letra. Veja MATEUS; Maria et alli. Fonética e Fonologia do português. Universidade aberta, p. 49, 2005.

⁷² A título de exemplo, veja-se em FERREIRA, A. F. A Kisama em Angola do século XVI ao início do século XX. Autonomia, ocupação e resistência. Luanda, Vol. I, 1ª ed, Kilombelombe, 2012.

holandesa (1641-1648)⁷³, na região, que efectuou alguns estudos sobre a mesma ou ainda, de alguns investigadores que mais tarde se serviram do Alfabeto Fonético Internacional (1888)⁷⁴, adaptaram-no e transcreveram a grafia da região de acordo a sua percepção, formação e vontade. A propósito Capelo e Ivens nos dizem que:

«A etnologia como a linguística de África constitui estudos, por assim dizer, desconhecidos; e emitir sobre eles qualquer opinião terá o perigo de começar por um erro»⁷⁵

Coelho (1999:41) diz que antes dos descobrimentos europeus, as línguas africanas eram apenas línguas faladas, não se sujeitavam a parâmetros europeus e não se usava na região que hoje chamamos de Angola a forma escrita. Portanto, sendo desconhecida a leitura ou a interpretação da grafia dos fonemas, não existia o problema de saber quais eram os símbolos ou letras que conjunta ou isoladamente, melhor representava este ou aquele som ou conjunto de sons.

O uso de caracteres latinos nas línguas angolanas de origem africana foi abrupto e responde a escolha de investigadores estrangeiros que os introduziram para dar forma escrita a línguas, que na altura, eram exclusivamente orais. Poderiam ter optado por caracteres gregos ou chineses, ou outros. As línguas eram ágrafas e não havendo escrita nem alfabeto, se os tradutores estivessem obrigados a actuar seguindo algumas regras básicas, hoje não existiriam as questões que agora nos preocupam (idem:41).

Cada forma grafada do topónimo em estudo devia aparentemente, permitir identificar cada autor, se este é oriundo de um país de expressão latina ou saxónica.

Os adaptadores dessas línguas orais à forma escrita eram livres de grafar os topónimos. Acostumados ao uso de caracteres latinos ou saxónicos adaptaram-nos à língua africana que investigavam (Ibidem:45). As complicações surgem muito mais tarde, provavelmente, no século XVI quando começou a estudar-se a região da Quiçama por vários exploradores e investigadores.

⁷³ Os holandeses e os “Quissamas” investiram contra o presidio de Muxima; não tirando, porém, vantagens sensíveis, subiram o Cuanza e atacaram Massangano Ver Batalha, 1889:18. É notável a aliança entre os holandeses e os Quiçama. Isto demonstra que é possível a influência linguística dos holandeses na região.

⁷⁴ Não é mais do que um conjunto de símbolos e de convenções que todos investigadores recolhem e utilizam.

⁷⁵ Capelo e Ivens- De Angola ás terras de Iacca in: BATALHA, Ladislau, *Angola*, Revista Propaganda de instrução para portuguezes e Barazileiros, Biblioteca do Povo e das Escolas, Lisboa, 21ª serie, nº 164, Editora Companhia Nacional, 1889.

Contudo, acreditamos que a solução actual para esse problema antigo é a uniformização e normalização da grafia do topónimo em estudo pelos intervenientes na matéria. Sabemos que Quiçama é a grafia utilizada aquando da aprovação da Lei n.º 29/11 de 1 de Setembro de 2011 - Lei da Alteração da Divisão Político-Administrativa das Províncias de Luanda e Bengo pelo Conselho de Ministros. Esta atitude, provavelmente, seja uma tentativa de uniformização e normalização gráfica do topónimo em estudo.

Quiçama é a grafia utilizada oficialmente pelo Ministério da Administração do Território⁷⁶, mas observa-se na região, diferentes instituições ministeriais e órgãos de comunicação social que utilizam documentos oficiais grafados de outras maneiras⁷⁷.

Outrossim, actualmente na região verifica-se também tendências de reposição da ortografia toponímica de acordo a fonologia das línguas angolanas de origem africana. Acreditamos ser uma “missão quase impossível”. Como repor a ortografia toponímica dessas línguas se não possuem línguas escritas autênticas? Como representar por escrito os sons dessas línguas? Não possuem caracteres ou símbolos autênticos e se utilizarem caracteres do alfabeto latino ou de outra língua de nada servirá porque não estaríamos diante de um processo de africanização como se pretende.⁷⁸

Sabemos que em 2003 já houve uma tentativa de reposição ortográfica e que segundo o Despacho Presidencial n.º 13/03 de 30 de Dezembro do mesmo ano, nos termos do artigo 74.º da Lei Constitucional foi criado uma Comissão Multisectorial, coordenada pelo Ministério da Administração do Território e integrava os Ministérios da Educação e da Cultura. Esta Comissão tinha como objectivo realizar estudos em todo o território nacional sobre harmonização da ortografia da toponímia na Divisão Político-Administrativa⁷⁹.

O resultado do trabalho realizado pelo grupo técnico evidencia pequenas diferenças apenas no aspecto ortográfico, o que até certo ponto se compreende, na medida em que, para se evitar a diversidade ortográfica de alguns fonemas e adequar a ortografia dos topónimos à fonologia das línguas nacionais. O grupo técnico, por

⁷⁶O Ministério da Administração do Território, através do seu gabinete de Direcção Nacional de Organização do Território tem a competência de propor normas sobre a divisão política e administrativa, nomes geográficos e toponímia. Veja Estatuto Orgânico do Ministério da Administração do Território art. 12 -2-a, 2013 in: ANGOLA, Imprensa Nacional, Diário da República, Iª Serie n.º 2, 2014.

⁷⁷Veja o item 3.5. suporte fotográfico. Para mais informação veja anexos.

⁷⁸Sobre este assunto veja Coelho, 1999:60.

⁷⁹Ministério de Administração do Território. Grupo Técnico da Comissão Multisectorial para Harmonização da Ortografia da Toponímia da Divisão Político-Administrativa. Relatório Final Luanda, [Cf. documento interno n.º 1180/04.03.00/GAB.SCM/2003], 2003

respeito ao Despacho Presidencial e, por princípio de economia ortográfica, procedeu à harmonização da ortografia de certos fonemas e corrigiu a ortografia dos vocábulos em conformidades com os alfabetos das línguas bantu, aprovados pelo Conselho de Ministros em 1987. Este exercício, embora discutido e explicado localmente, nem sempre foi aceite pacificamente.⁸⁰

Contudo, para o nosso estudo, acreditamos que a uniformização e normalização podem resolver os problemas do topónimo em estudo e para tal sugerimos a criação de uma Comissão Municipal de Toponímia na região. Esta comissão deve ser o órgão consultivo da Administração Municipal da Quiçama para as questões de toponímia.

Compete à comissão⁸¹:

- Resolver problemas de ortografia toponímica da região;
- Propor a designação toponímica de novos espaços públicos ou a alteração dos actuais;
- Elaborar pareceres sobre a toponímia, sempre que a Administração Municipal o solicite;
- Uniformizar e normalizar a grafia dos topónimos da região;

Integram a Comissão Municipal da Toponímia:

- Governador da Província de Luanda ou seu representante
- Administrador Municipal da Quiçama
- Representante das Autoridades Tradicionais (Soba grande)
- Especialistas em Linguística Bantu ou historiador

⁸⁰ Idem, 2003

⁸¹ Adaptação «1ª Alteração ao Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de polícia do Concelho de Montemor-o-Velho, in: Camara Municipal de Montemor-o-Velho. Cf. [http://www.cm-montemorvelho.pt/PDF/regulamento_toponimia_\(alteracao\).pdf](http://www.cm-montemorvelho.pt/PDF/regulamento_toponimia_(alteracao).pdf).

CONCLUSÃO

Os dados resultantes da pesquisa bibliográfica e documental, submetidos ao estudo, análise e reflexão, tendo em consideração os objectivos e a problemática permitiram-nos finalmente expor as conclusões da pesquisa efectuada. Podemos dizer que os aspectos conceptuais da Lexicologia e da Onomásticas foram importantes para elaboração e conclusão deste trabalho. Saber como um determinado topónimo é escrito ou pronunciado numa língua é, de facto, tarefa imprescindível da Lexicologia.

A caracterização sociolinguística da região em estudo teve um papel fundamental porque permitiu-nos apresentar dados linguísticos, culturais e históricos da região.

As diversas grafias do topónimo em estudo utilizadas em manuais escolares, em obras científicas e literárias, em placas toponímicas e em documentos oficiais utilizados na Administração Pública, constituem não só confusões toponímicas, como também confusões topográficas. Contudo, essas diversas grafias, sem critérios e metodologias previamente definidas, contribuem para a falta de informação de qualidade na Administração Pública da região.

A proposta de um modelo de uniformização e normalização destinada aos conteúdos dos manuais escolares e manuais de alfabetização. Assim como aos documentos utilizados na Administração Pública contribui para a qualidade de gestão de informação na região.

Notamos que os primeiros estudos realizados e difundidos das formas escritas do topónimo em estudo devem-se, quase sempre, ao trabalho e curiosidade individual de missionários religiosos. A eles se deve, também, a compilação dos primeiros dicionários. E os esforços destes investigadores de origem europeia ou norte-americana eram individuais, disperso e isolado. Para tradução, registo e transcrição gráfica dos fonemas, cada um tomava como base a sua respectiva língua materna, com que, a par do seu louvável esforço, se introduziu na região um complicado e perdurável problema, pois, escrever de maneira distinta o mesmo topónimo, não facilita a escrita, a leitura, entendimento e nem a difusão das línguas angolanas de origem africana.

Constatamos que esta situação caótica resultou da falta de um plano coordenador geral pelas autoridades na altura e permitiu que cada estudioso recolhesse e desse à transcrição dos fonemas um tratamento nitidamente pessoal, baseado, exclusivamente,

nas suas convicções, no seu estilo próprio e critérios adaptados da respectiva língua materna.

Por outro lado, após a independência de Angola, o governo angolano, na altura, tomou medidas políticas para a recuperação das línguas angolanas de origem africana, criando particularmente, o Instituto de Línguas Nacionais (1987), como órgão responsável. Mas em consequência dos problemas políticos criados pela guerra civil angolana não foi possível efectuar estudos sobre a região. Todavia, após essa tempestade, denotou-se a atenção do governo virada em outras esferas e a falta de tempo, vontade, experiência e de estudo levou à situação em que nos encontramos.

A soma destes factores e outros explica os motivos pelos quais existem tantas discrepâncias na forma grafada do topónimo em estudo. Mas hoje, verifica-se a preocupação do executivo angolano sobre essa questão.

Parece ter chegado o tempo dos lexicógrafos e intervenientes angolanos iniciarem estudos sobre a toponímia da região. Todavia aconselhamos abandonarem as convicções pessoais e encararem soluções no sentido de se unificar a ortografia toponímica da região em estudo. Acreditamos que esta medida facilitará o ensino-aprendizagem e permitirá a gestão de informação de qualidade na Administração Pública.

Este tema não é de fácil abordagem porque, com tempo, se criaram convicções e perspectivas diferentes que se debatem entre si. A tendência actual angolana, para alguns intervenientes na matéria, consiste em escrever ou introduzir <k> na escrita de um nome geográfico; tal facto leva ao julgamento de se estar diante de um nome africano, diferenciando dos nomes portugueses ou aportuguesados que são grafados com <c> ou <q>.

Essa questão tem gerado um grande problema entre os investigadores da comunidade científica e académica angolana. Não só como se deve grafar o topónimo em estudo mas como grafar outros nomes próprios. Alguns consideram a grafia correcta, quando utilizamos <k> nas seguintes unidades lexicais ou nomes geográficos. Exemplo: Kuando Kubango, Kunene, Bakongo, Kisama, Kilamba, Kandongueiro, etc. Outros, utilizam <C> ou <Q> em vez de <K>. Por exemplo: Cuando Cubango, Cunene, Bacongo, Quiçama Quilamba, Candongueiro, etc.

Sem menosprezar a posição dos especialistas em línguas Bantu, os professores, os lexicólogos, assim como todos intervenientes na matéria que continuam procurando tentativas plausíveis para explicações científicas, acreditamos que não existe nenhum

motivo suficientemente válido para insistir em uma assunto tão problemático que é as diversas grafias do topónimo em estudo.

Discutir sobre qual é a correcta grafia do topónimo em estudo não altera o curso da história vivida pelos angolanos e nem do modo de vida actual do angolano. Provavelmente as razões de tanta diversidade nas formas grafadas do topónimo em estudo deve-se à necessidade de cada autor encontrar os melhores argumentos para satisfazer o seu trabalho investigativo.

Acreditamos que a solução actual para esse problema antigo seja a uniformização e normalização da grafia do topónimo em estudo e, por conseguinte catalogar as restantes formas grafadas deste topónimo e guardá-las em arquivos toponímicos.

A normalização não só irá favorecer questões de política linguística como também questões de políticas educacionais. É notório nos conteúdos escolares a diversidade de grafia do topónimo em estudo utilizada por diferentes professores. Já bastam as enormes dificuldades com que os alunos encontram no dia-a-dia, não devemos complicar-lhes mais a vida.

BIBLIOGRAFIA GERAL

- ALVARAES**, Pe. José A. *O Direito da senhora da Muxima*. Luanda, Ed. Santuário da Muxima, 1968.
- BATALHA**, Ladislau, *Angola*, in: *Revista Propaganda de instrução para portugueses e Barzileiros*, Biblioteca do Povo e das Escolas, Lisboa, 21ª serie, nº 164, Editora Companhia Nacional, 1889.
- BATALHA**, Ladislau, *Línguas de África*, in: *Revista Propaganda de instrução para portugueses e Barzileiros*, Biblioteca do Povo e das Escolas, Lisboa, 22ª serie, nº 175, Editora Companhia Nacional, 1889.
- BIDERMAN**, Maria Tereza Camargo, *Terminologia e Lexicografia*, Brasil, Universidade Estadual Paulista (UNESP), TradTerm, 7: 153-181, 2001
- CARENO**, Mary Francisca do, *Vale do Ribeira: A voz e a vez das comunidades negras*. Ed. Arte e Ciência, S. Paulo, 1997
- CHIVINGA**, A.N. *Que futuro para as Línguas Nacionais Angolanas? Ensaio sobre as políticas de protecção e valorização das Línguas Nacionais Angolanas*. Luanda, 1ª edição, Editora Centr'Artes, 2014.
- COELHO**, Sebastião. *História e Estória da Informação*. Luanda. Editora Executive Center, 1999
- COSTA**, António F. *Rupturas estruturais do português e línguas bantu em Angola. Para uma análise diferencial*. Luanda, Universidade Católica de Angola, 2006.
- COSTA**, Rute & **SILVA**, Raquel, *Guião, Metodologia para a Investigação Aplicada em Terminologia*. Universidade Nova de Lisboa, 2006.
- COSTA**, Teresa Manuela Camacha José da, *Os empréstimos das línguas Bantu no português falado em Angola. Um estudo lexicológico da variante angolana*, Luanda, 1ª ed., 2013.
- DICK**, Maria Vicentina de Paula do Amaral, "Toponímia e Cultura", in: *Rev. Inst. Est. Bras.*, SP,27:93-101, 1987
- FERRAZ**, SUSANA, *Espaço público de Luanda: património arquitectónico colonial angolano e português. Dissertação de Mestrado*, FAUP, 2005.
- FERNANDES**, J; **NTONDO**, Zavoni, *Angola: Povos e Línguas*. Luanda, ed. Nzila, 1ª ed., 2002
- FERNANDES**, Xavier, *Topónimos e gentílicos*. Vol. I, Ed. Educação Nacional, Porto.

- FERREIRA**, A. F. *A Kisama em Angola do século XVI ao início do século XX. Autonomia, ocupação e resistência*. Luanda, Vol. I, 1ª ed, Kilombelombe, 2012.
- GENOUVRIER**, Emile; PEYTARD, Jean. *Linguística e ensino do português*. Coimbra, Livraria Almedina. Tradução de Rodolfo Ilari (Universidade campinas, 1973).
- GOMES**, Álvaro, (2000): *Heúresis, Por uma Genealogia/Arqueologia das Ciências da Educação, Ensaio de Metadidáctica*, 1ª ed., Didáctica Editora, Lisboa.
- GOMES**, Aldónio; CAVACAS, Fernanda, *A vida das palavras. Léxico*, Clássica Editora, 2004.
- GABRIEL**, Pe. Manuel. *Os Jesuítas. Na primeira evangelização de Angola. Biblioteca evangelização e culturas*, p. 18, 1993.
- ISQUERDO**, Aparecida N.; TAVARES, Marineide C., *A Questão da Estrutura Morfológica dos Topônimos: Um Estudo na Toponímia Sul-Mato-Grossense*, SIGNUM: Estud. Ling., Londrina, n. 9/2, p. 273-288, dez. 2006.
- LINO**, Maria Teresa Rijo da Fonseca, “Importância de uma Lexicologia Contrastiva”, *Letras Soltas* 1, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1979.
- MARIANI**, Alayde W. “*Quissamã, História e Sociedade*”, *Quissamã*. Rio de Janeiro: SPHAN, Fundação Nacional Pró-Memória, 6ª. Diretoria Regional, 1987.
- MATEUS**, Dalila Cabrita. *A PIDE/DGS na guerra colonial, 1961-1974*, Terramar, Portugal, 2004, p.18.
- MATEUS**; Maria et alli. *Fonética e Fonologia do português*. Lisboa, Universidade aberta, p. 49, 2005.
- MINGAS**, Amélia A, *Interferência do Kimbundu no português falado em Lwanda*. Luanda, ed. Chá de Caxinde, 1ª ed., 2000.
- MONTECÚCCOLO**, Padre João António Cavazzi de, *Descrição Histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola*, Vol. I, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar. Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga, 1965.
- MUDIAMBO**, Quibongue, “*Da Lexicologia e Lexicografia de aprendizagem ao ensino da língua portuguesa no II ciclo do Ensino Secundário: 10ª, 11ª, 12ª e 13ª CLASSES na E.F.P. “Cor Mariae” do Uije*”. Lisboa, Tese de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, 2013.
- NTONDO**, Zavoni, *A contribuição para uma normalização ortográfica da toponímia angolana*, Luanda, ano?

PROPHETARUM, Clavis. Da situação da língua portuguesa em Angola (em português), <http://movv.org/2008/09/12/da-situacao-da-lingua-portuguesa-em-angola/>. Artigo visitado em 24.11.2014.

QUIVUNA, Manuel, *Lexicologia aplicada ao ensino do léxico em português língua não materna. Estudo de caso: Escola do 2º ciclo da cidade do Wizi*. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2013.

SARDINHA, Maria da Graça e NZAU, Domingos; *Multilinguismo e direitos linguísticos: o direito à diversidade linguística (O caso de Angola)*. Faculdade de Artes e Letras da Universidade da Beira Interior, Covilhã, Portugal

TIZIO, Iberê Luiz Di, *Santo André. A causa toponímica na denominação dos seus bairros*. Tese apresentada a Faculdade De Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor em Semiótica e Linguística Geral. São Paulo, 2009.

TORTO, Graça Rio-; LOPES, Ana Cristina Macário. *Semântica*, Lisboa, Ed. Caminho, 2007.

VASCONCELOS, J. L., *OPUSCULOS. Onomatologia*. Vol. III, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1941.

VASCONCELOS, J. L., *De Terra em Terra*, Lisboa, 2 Vol. 1927

VILELA, Mário, *Estruturas Léxicas do Português*, Coimbra, Livraria Almedina, 1979.

VILELA, Mário, *Estudos de Lexicologia do Português*. Coimbra, Livraria Almedina, 1994.

DICIONÁRIOS E GRAMÁTICAS

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA, *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*. Vol. II G-Z. Lisboa: Editorial Verbo; 2001.

CUNHA, Celso e CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 17.^a edição, Lisboa: Edições João Sá da Costa; 2002.

DUCROT, Pe. Bernard. *Gramática da Língua Kimbundu: Compilação*. Malanje, ed. Missão da Sé Catedral, 2013.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles, *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, Tomo III Mer-Zzz, Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa, Lisboa, Temas e Debates, 2003

JUNIOR, A. De Assis, Dicionário Kimbundu-Português, Luanda, edit. Argente, Santos & C^a, 1941

MACHADO, Pedro. *Dicionário onomástico etimológico da Língua Portuguesa*, Horizonte/Confluência, 2^a edição, Vol. III, 1994.

MAIA, Pe António da Silva. *Dicionário Complementar de Português – Kimbundu – Kikongo (línguas nativas do centro e norte de Angola)*, 3^a edição, editorial Nzila, p, 384, 2009.

MATTA, J. D. Cordeiro da; Ensaio de Dicionário Kimbundu-Portuguez, Lisboa, Editora António Maria Pereira, 1893

MIRADOR INTERNACIONAL. *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. Campanha Melhoramento de S. Paulo, 4^a ed., Vol. II, 1980.

NASCIMENTO, J. Pereira do, *Dicionário Portuguez-kimbundu*. Huilla, Typographia da missão, 1903.

QUINTÃO, J.L, *Gramática de Kimbundo*. Edições “Descobrimento”, 1934.

WARMENHOVEN, Pe. João. Vocabulário da Língua do Kimbundu de Angola. Edição Missie Informatie Dienst da Congregação do Espirito Santo Ridderplein, Nederland, 1994.

OUTRAS FONTES

Documentos Oficiais Contemporâneo

ANGOLA, *Constituição da República*, Artigo 19º, 2010.

ANGOLA, Imprensa Nacional, *Diário da República*, I^a Serie nº 23, 2010.

ANGOLA, Decreto nº 29/11, in: *Diário da República*, I^a Serie nº 168, De Alteração da Divisão Política - Administrativa das Províncias de Luanda e Bengo, 2011.

ANGOLA, Imprensa Nacional, *Diário da República*, I^a Serie nº 65, Lei de Base do Sistema da Educação, 31 de Dezembro, p. 1290, 2001.

ANGOLA, *Diário da República*, I série nº 41, Conselho de Ministros: Resolução nº 3/87 de 23 de Maio, 1987.

ANGOLA, Decreto Presidencial nº3/14, in: *Diário da República*, I^a Serie nº 2, 2014. Estatuto Orgânico do Ministério da Administração do Território, art. 12 -2-a, 2013.

ANGOLA, *Instituto Nacional de Estatística*. Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH), Resultados Preliminares, Luanda, 2014 [Documento interno].

LUANDA, Administração Municipal da Quiçama. Relatório de actividades do Iº Trimestre, 2014.

ANGOLA, Notificação do Comando da Polícia da Quiçama, 2015 [Documento interno].

ANGOLA, *Relatório Final, Grupo Técnico da Comissão Multisectorial para Harmonização da Ortografia da Toponímia da Divisão Político-Administrativa* [Cf. documento interno nº 1180/04.03.00/GAB.SCM/2003] in: Ministério de Administração do Território, 2003.

Documentos Oficiais antigos

Carta dirigida ao Administrador Municipal da Quiçama, processo nº 6/2/3 - Posto de Munbondo 4 de Fevereiro de 1950

Carta dirigida ao Administrador do Concelho da Quissama, processo nº 213/A. G/34/1945 – Posto Administrativo de Munbondo de 1941

Acta de pagamento do Concelho da Quissama – Posto Administrativo de Munbondo, 1944.

Sites consultados:

- <http://gl.wikipedia.org/wiki/Toponimia>
- <http://www.meusparentes.com.pt/centro-de-informacoes/dicionario-genealogico>
- <http://pt.wikipedia.org/wiki/Topon%C3%ADmia>
- <http://gl.wikipedia.org/wiki/Toponimia>
- <http://www.meusparentes.com.pt/centro-de-informacoes/dicionario-genealogico>
- <http://pt.wikipedia.org/wiki/Topon%C3%ADmia>
- http://pt.wikipedia.org/wiki/L%C3%ADnguas_de_Angola
- http://www.achetudoeregiao.com.br/rj/quissama/dados_gerais.htm

ANEXO

Anexo 1- BOLETIM DE INQUÉRITO DIRIGIDO AOS ENTREVISTADOS

O presente inquérito tem como objectivo obter informações sobre o tema:
Quiçama: Um topónimo com várias grafias. Análise e reflexão.

Desde já os nossos atempados agradecimentos pela vossa prestimosa contribuição

Dados gerais

Idade_____

Sexo_____ Tempo de Serviço_____

Habilitações literárias_____

Sobre os assuntos que se seguem, responda apenas com um X a uma das três possíveis hipóteses.

1 - Gostas de trabalhar sobre o significado histórico e linguístico dos nomes de lugares?

Sim Não Um pouco

2- Tem formação específica para trabalhar em toponímia?

Sim Não Um pouco

3- Existem condições que lhe possibilitam exercer a profissão com êxito?

Sim Não Um pouco

4 – Quais são os critérios usados na atribuição dos nomes de lugares?

5 – Achas que as pessoas conhecem o significado dos nomes dos municípios, comunas, povoações, zonas, avenidas?

Sim Não Um pouco

6 – Em sua opinião, quais são os factores que não permitem elevar o conhecimento dos nomes dos lugares pela população?

Podes marcar mais de um:

- a)- A preparação dos profissionais
- b)- A falta de interesse por parte dos munícipes.
- c)- A ausência de placas toponímicas em muitas avenidas e ruas do município.
- d)- O meio em que se localizam/são colocados as placas.
- e) – A pouca existência de recursos matérias e bibliográficos sobre o significado histórico e linguísticos dos nomes dos lugares.

f) Outros: Indique quais:

7 – Em sua opinião, como se deveria escrever o topónimo em estudo:

a) Kisama:	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
b) Kissama	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
c) Kiçama	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
d) Quiçama	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
e) Quissama	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
f) - Quisama	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>

8 – Achas necessário a criação de uma Comissão Municipal da Toponímia na região?

Sim Não Um pouco

9 – Consideras importante o estudo da toponímia como ferramenta para o conhecimento e compreensão do significado histórico e linguístico dos nomes das Provinciais, Municípios, Comunas e Povoações?

Sim Não Um pouco

10 – Conheces a origem e significado dos topónimos em estudo? Se sim explique?

Sim Não Um pouco

R: _____

11 – Conhece algumas obras bibliográficas sobre o tema? Se sim indique?

Sim Não Um pouco

_____.

10 – Considerais importante o estudo da toponímia como suporte para o conhecimento e compreensão do significado histórico e linguístico dos nomes de municípios, comunas e povoações da Província de Benguela?

Sim Não Um pouco

Anexo 2 - Documento oficial utilizado em 1941: in Arquivo da Administração Municipal da Quiçama

SERVIÇO DA REPÚBLICA
PROVINCIA DE LUANDA
CONCELHO DA QUISSAMA
SINOPSE N.º 75

Sinopse da correspondência enviada a Direcção Provincial da Administração Civil de Luanda pelo correio de Boia

822 - Tip. MINERVA - Luanda - 1940

QUALIDADE	NÚMERO	DATA		ASSUNTO	NOTA DE RECEPÇÃO (A)	
		MES	DIA		N.º DE ENTRADA	DATA
Nota	441	12	8	41 Decl. negativa de obitos		
"	442	"	"	" Idem sobre estrang.		
"	443	"	"	" Para a Fazenda		
"	445	"	"	" Cópia termo posse		
"	446	"	"	" Ref. 938/28/341		
Sinopses devolvidas				nrs. 1.272 e 1.301		

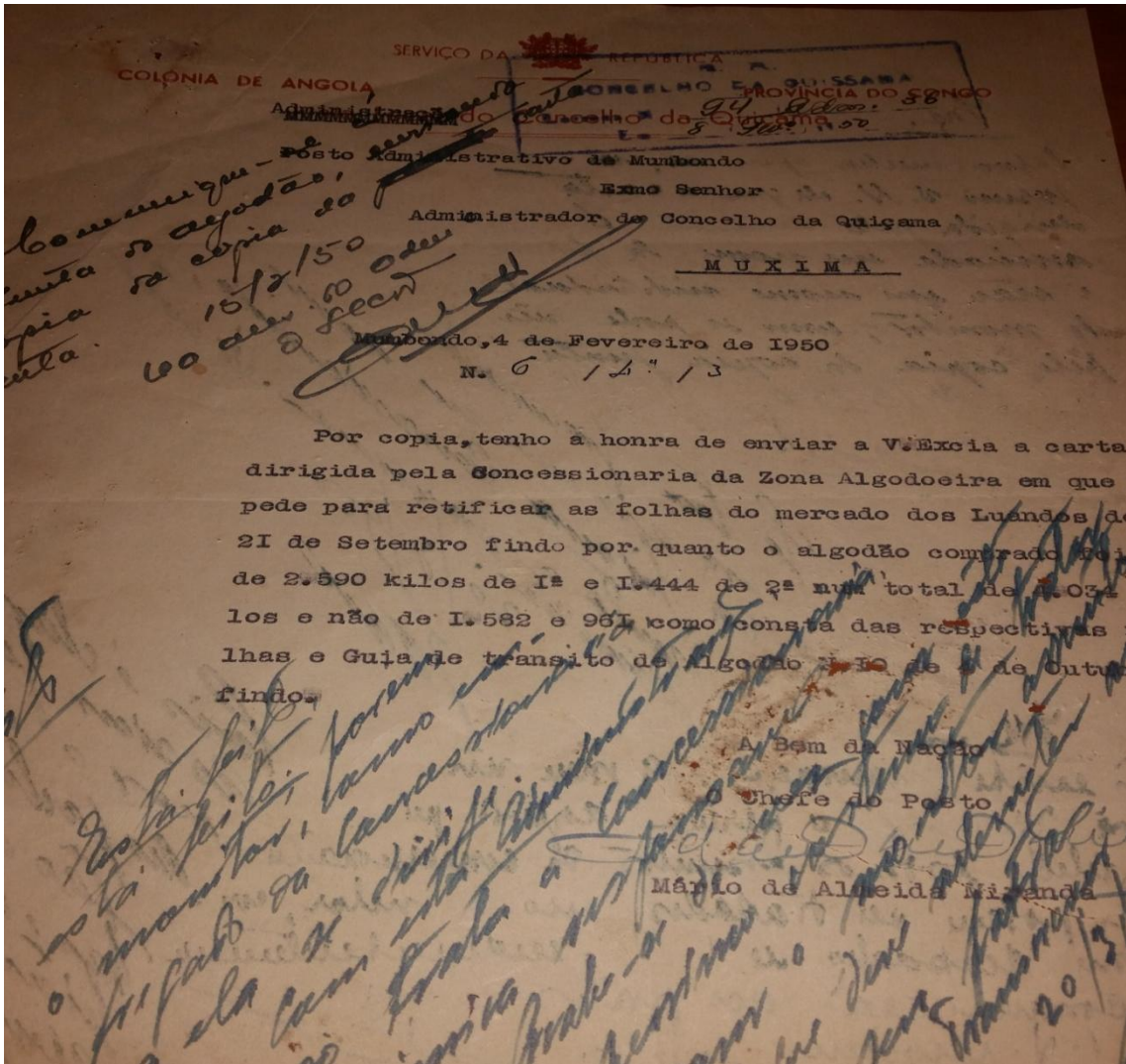
Muxima, 14 de Agosto de 1941

O Encarregado da expedição,
João Wilson

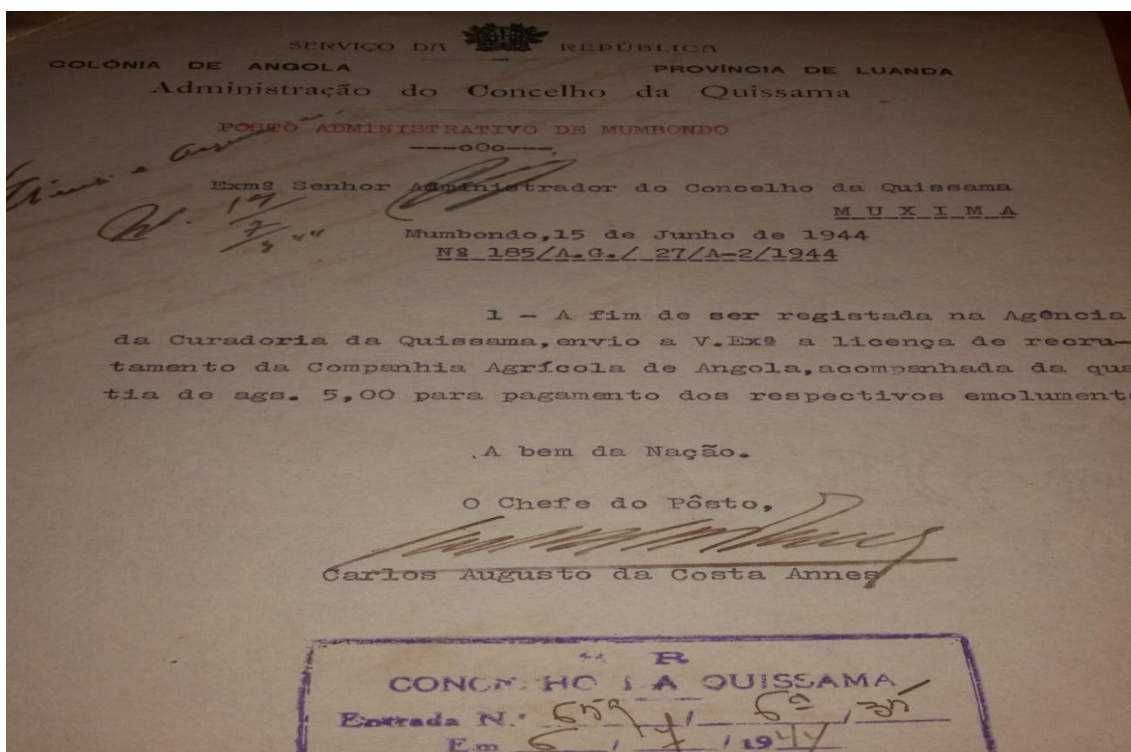
RECEBI.

Para ser devolvida, nos termos do § 4.º do artigo 342.º da Reforma Administrativa Ultramarina.
*) A preencher pela autoridade destinatária.

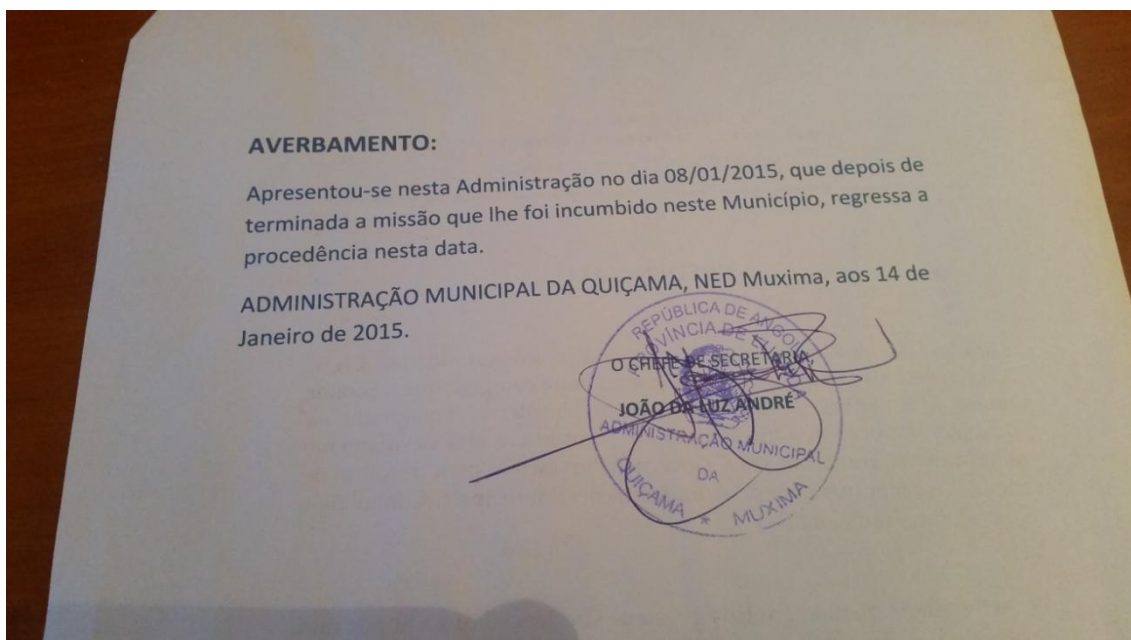
Anexo 3- Documento oficial utilizado em 1950 in: Arquivo da Administração Municipal da Quiçama



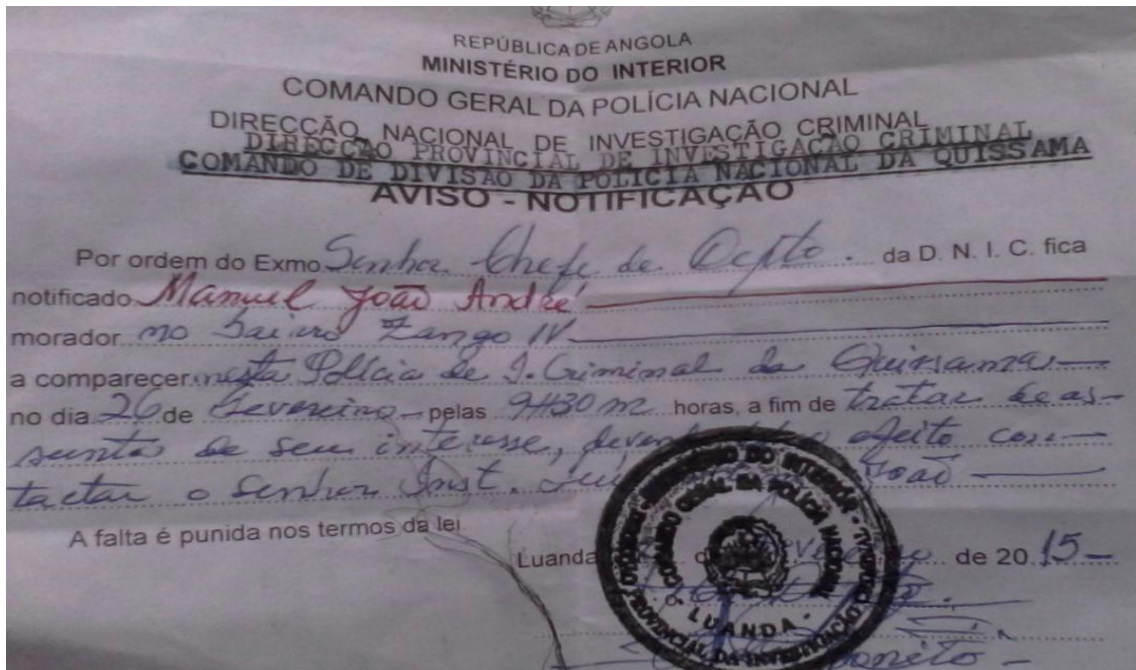
Anexo 4 – Documento oficial utilizado em 1944 in: Arquivo da Administração Municipal da Quiçama



Anexo 5 – Documento interno da Administração Municipal da Quiçama



Anexo 6 – Documento interno utilizado no Comando De Divisão Da Polícia Nacional Da Quissama



Anexo 7 – Placa toponímica da região



Anexo 8 – Placa toponímica da região



Anexo 9- Prefeitura de Quissamã – Rio de Janeiro/Brasil



Anexo 10 – Vila da Muxima



Anexo 10 – Igreja e fortaleza da Muxima



Muxima - Angola - Igreja da Nª Sª da Conceição e Forte - 1599

Anexo 11 – Fortaleza da Muxima

